



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

OBJETIVO: referente à política estadual de cultura.

EM: 10.09.2025

INICÍO: 14h45min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, boa tarde, sejam todos bem-vindos. A
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao
Requerimento 2409/2025, de autoria da Excelentíssima
Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus e, após
aprovação em plenário, realiza Audiência Pública referente
à política estadual de cultura.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham ao vivo, seja por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado no Facebook e também no YouTube e pela nossa TV Assembleia, Canal 7.2, canal aberto para todo o Estado de Rondônia. E também nossos participantes que estão aqui conosco nesta tarde, presencialmente. Sejam todos bem-vindos a esta Audiência Pública.

Para darmos início a esta solenidade, convidamos para compor o nosso Dispositivo de Honra, que será a Mesa desta Audiência Pública, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública.

Convido ainda o Excelentíssimo Senhor Paulo Higo Ferreira de Almeida, Secretário de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

Senhora Valdete Sousa Silva, Presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas Cultural de Rondônia - CEPC/RO.

Convido ainda a Senhora Silvia Ferreira de Oliveira Pinheiro, Coordenadora Substituta do Escritório do Ministério da Cultura no Estado de Rondônia.

Neste momento, peço a todos da Mesa que se assentem e a Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus fará a abertura desta Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito boa tarde a todos e todas. Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas aqui nesta Casa de Leis. É um prazer enorme receber todos vocês, artistas do nosso Estado de Rondônia, de vários municípios aqui representados, da nossa capital.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública referente à política estadual de cultura.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Estando à Mesa dos trabalhos composta, convido todos para, em posição de respeito, em pé, ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva. Neste ato, nós ouviremos na voz de Marfiza França.

A SRA. MARFIZA CALIXTO DE FRANÇA - Boa tarde. Têm vários músicos, cantoras e cantores aqui, todos os membros dessa comunidade, por favor, vamos cantar juntos.

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Agradecemos à Marfiza de França pela belíssima apresentação. Podeis assentar. Eis aí o nosso querido Hino do Estado de Rondônia. Pedimos a todos que mantenham seus telefones no modo silencioso ou desligado.

Neste momento, agradecemos ao Senhor Adailton Alves Teixeira, conselheiro, neste ato aqui conosco, nesta tarde. Marfiza Calixto de França, agente territorial. Senhor Bruno Gubert, Superintendente de Cultura de Rolim de Moura. Railander Brito, representante do Centro Cultural.

Agradecemos também ao Professor Márcio Teixeira, professor da UNIR, historiador e escritor. Professora Rita Queiroz, artista plástica, 50 anos de carreira. muito obrigado pela presença.

Luiz Cavalcante, Assessor do Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado de Rondônia. Senhor Diego Duarte, Instituto Cultural Língua Solta. Ernande Segismundo, Presidente do Bloco Pirarucu do Madeira. Senhora Amanda de Paula, representando a Fundação Cultural do Estado de Rondônia – Funder. Senhora Ana Lúcia Barroso, Presidente da Liga das Escolas de Samba de Rondônia.

Agradecemos também a presença de todos os artesãos, escritores, poetas, conselheiros, presidentes e assessores que se encontram presentes nesta Audiência Pública. A senhora Juliane Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques, seja muito bem-vinda. Senhor Orlando Nascimento, Secretário de Cultura de Costa Marques.

Agradecemos também à Senhora Ana Lúcia Barroso, Presidente da Liga das Escolas de Samba de Rondônia e vice-presidente da Federação Nacional das Escolas de Samba. Senhor Antônio Marcos Filho, Diretor de Cultura do Município de Cacaulândia. Senhora Gabriela Melgar, diretora do Boi Flor do Campo. Senhor Aléssio Pereira, Coordenador do Sistema Estadual de Cultura. Senhora Márcia Maria Mourão, proprietária do Zé Beer.

Agradecemos ao Oscar Dias, Diretor Musical da Escola de Samba Asfaltão. O Senhor Paulo Santos, Presidente da Associação Cultural. Agradecemos também ao Hudson Souza, Presidente da Recreativa Escola de Samba Acadêmicos da Zona Leste. Senhor Juraci Júnior, Diretor Artístico de Porto Velho. Camila Miranda, Presidente do Boi Bumbá Malhadinho.

Agradecemos à Silvia Pinheiro, Coordenadora do Escritório Estadual de Cultura de Porto Velho. O Senhor Rogério da Silva, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Entidades de Quadrilhas Junina.

Agradecemos à Senhora Madma Dias de Souza, Vice-Presidente do conselho e técnica responsável da execução PNAB (Política Nacional Aldir Blanc) – Rondônia. Muito obrigado pela presença. Anne Mamedes, conselheira estadual e vice-presidente do Conselho Municipal de Porto Velho. Muito obrigado a todos os senhores.

Neste momento, nós passaremos à apresentação cultural. Nós convidamos os nossos amigos da Escola de Samba Asfaltão para que possam realizar a apresentação neste momento. Uma salva de palmas.

(Apresentação cultural)

Muito obrigado à Escola de Samba Asfaltão pela belíssima apresentação, em nome do gabinete da Deputada Cláudia de Jesus. Muito obrigado.

Queremos convidar para a Mesa de Autoridades, o Senhor Luiz Fernando de Camargo Alves, Assessor do Gabinete da Casa Civil, neste ato, representando o gabinete.

Convidamos Tiago Gonçalves, Vice-presidente da Escola. Agradecemos também a presença de Marina Falcão, Secretária Executiva da Escola de Samba Império.

A Deputada Estadual Cláudia de Jesus dará continuidade a esta Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Senhor Luiz Fernando, quer se sentar aqui junto conosco? Fique à vontade, aqui na Mesa.

Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas aqui conosco, nesta Audiência Pública. É um prazer

imenso receber a todos vocês aqui. Me sinto honrada em ter tido a oportunidade de apresentar o Requerimento para que a gente pudesse fazer essa Audiência Pública, para fazer este debate importante.

Quero já pedir desculpas a vocês por essa separação aqui. Nós aqui embaixo e vocês aí em cima. O que está acontecendo? O nosso auditório maior, onde acontecem as Audiências Públicas, está em reforma. Infelizmente, estamos trabalhando desta forma. Peço desculpas, mas, na hora da abertura para as falas, o microfone vai aí em cima. Então, a gente vai dar essa condição para vocês falarem. E qualquer coisa que precisarem, é só falar que a gente vai se ajustando por aqui.

Eu quero agradecer de forma muito especial a presença de Silvia Ferreira de Oliveira Pinheiro, Coordenadora Substituta do Escritório do Ministério da Cultura em Rondônia, aqui conosco. Obrigada, Silvia.

Quero também, agradecer a presença e cumprimentar Valdete Sousa, que é Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural de Rondônia.

Quero agradecer e cumprimentar o Paulo Higo, Secretário de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel.

Quero aqui também, agradecer ao Luiz Fernando, que representa a Casa Civil, obrigado pela presença. E em nome aqui desta Mesa, cumprimento a todos de uma forma muito especial.

Eu não vou ficar me delongando, porque o nosso papel aqui e das Audiências Públicas, é justamente a gente oportunizar. Primeiramente, ouvir vocês, os artistas, que, quando nos solicitaram esta Audiência Pública, foi

justamente porque têm problemas, precisam fazer um debate, precisam ouvir. E também, a gente ouvir depois o governo, o que é possível, de fato, fazer em encaminhamento.

Então, rapidamente, eu só vou esclarecer. Nós recebemos aqui uma solicitação do Conselho Estadual de Cultura, no qual nos solicitou esse momento aqui da Audiência Pública para esse debate.

"Cumpre informar que esta solicitação já foi formalizada junto à Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, por meio de ofícios protocolados, junto à Comissão e ao Gabinete da Deputada Ieda Chaves, Presidente da referida Comissão. Conforme documento em anexo, no entanto, diante da ausência de retorno sobre o agendamento, recorreremos ao apoio de Vossa Excelência para que esta Audiência tão vital para a cultura rondoniense, seja efetivada e realizada.

Com a implementação das leis do fomento cultural, como a Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo e, mais recentemente, o PNAB, que garante repasses anuais da União, aos Estados e municípios, torna-se imprescindível a construção de um espaço institucional de diálogos entre artistas, gestores públicos e legisladores.

Ademais, Rondônia amarga o último lugar na aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo e foi o Estado que, percentualmente, mais devolveu recursos federais à União. Um indicativo alarmante das fragilidades estruturais e orçamentárias que afetam o setor cultural.

Dessa forma, é necessário e urgente debater soluções coletivas e estruturantes, sendo sugeridas as seguintes pautas para a Audiência Pública: dados da cultura no cenário nacional; impactos dos investimentos em cultura na economia e no desenvolvimento social; problemas estruturais

dos órgãos gestores de cultura - Sejucel; ausência de planejamento; falta de profissionais e atraso nas aplicações de recursos; déficit de pessoal técnico especializado; consequências das precariedades estrutural na devolução de verbas federais; orçamento insuficiente para a cultura; redução no orçamento da Sejucel; percentual do Fedec (Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura) aquém do necessário; falta de previsões orçamentárias para o programa estruturante.

A proposta para políticas estruturantes em Rondônia. Criação de um programa estadual de patrimônio cultural; descentralização da Sejucel com polos regionais; elaboração de uma lei estadual de incentivo à cultura; aumento do percentual do Fedec Rondônia para, no mínimo, 1%; realização de concurso público para servidores da cultura; implantação de escolas técnicas em artes e programa de desenvolvimento do polo de cinemas do Madeira e outros setoriais."

Então, foi o que foi apresentado, os dados e também proposta. Esse encaminhamento foi feito através da Valdete Souza Silva, que é Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural de Rondônia.

Nós vamos abrir aqui, primeiramente, a nossa audiência, ouvindo aqui a exposição do conselho, que vai ser feita aqui através da Valdete, e, depois, Édier, é isso? Temos aqui depois também uma exposição mais breve do Adailton Alves, da Marfiza, da Anne Pablicia, da Marilsa Santana, do Paulo Santos, da Berenice, e, por último, o Franklin.

Mas, as duas primeiras apresentações, vão ser a da Valdete, para qual a gente vai destinar 30 minutos, acredito que é suficiente, ou talvez, se ela conseguir

também se antecipar melhor. A do Édier, acho que é 10 minutos, é isso? Isso. E as demais serão de cinco minutos.

E nós precisamos abrir para que a gente ouça os demais que estão ali. É importante que, depois nas falas haja os encaminhamentos, porque acho que o objetivo maior aqui são os encaminhamentos. Depois, a gente volta aqui para a Mesa para ouvir os nossos convidados aqui, e o que é possível de fato a gente encaminhar.

Agora, para dar início aos trabalhos, eu quero convidar a Valdete para fazer uma exposição sobre o histórico da cultura em Rondônia nos últimos 10 anos, apresentando os problemas e as pautas urgentes para o setor.

Valdete, fique à vontade, se você quiser usar a tribuna.

A SRA. VALDETE SOUZA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Muito obrigada, Deputada Cláudia de Jesus.

Quero aqui cumprimentar a Mesa, o nosso Secretário Paulo Higo, a Silvia, a nossa representante do MINC (Ministério da Cultura), também o nosso companheiro da Casa Civil, e cumprimentar a todos e a todas os nossos conselheiros que estão hoje aqui nos ajudando nesta audiência - os conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural - e também a toda a classe artística que se dispôs hoje, nessa tarde, a vir aqui acompanhar e fortalecer esse momento tão importante.

Dizer que essa Audiência Pública está sendo tentada há bastante tempo; tem pelo menos dois anos que nós estamos tentando marcar essa Audiência aqui na Assembleia

Legislativa para que a gente possa dialogar de maneira mais próxima com esta Casa de Leis.

Hoje, gente, eu preparei uma fala no sentido de dar um pouco mais de conhecimento de como está estruturado o nosso Sistema Estadual de Cultura. A gente vem conversando desde que retornei ao Conselho, em 2023, nessa gestão de agora – esta é a minha segunda gestão no Conselho. Estive no Conselho de 2020 até o final de 2022, e agora estou retornando, já estou quase saindo de novo. Daqui um pouco acaba essa gestão, porque as gestões de Conselho são de dois anos.

E quero fazer um panorama de como o nosso sistema está estruturado para que vocês compreendam os problemas de que nós estamos falando. Quando eu envio aquele ofício, e ali eu cito todos aqueles pontos, é porque esses problemas surgem em alguns momentos e são pontos que vão criando isso.

Eu gostaria que pudesse colocar os slides. Não sei onde sairão... Ok. Nós vamos começar aqui no Sistema Estadual de Cultura. Pode passar.

(Apresentação de slides no telão)

Todos esses slides, gente, vocês vão ver que eu coloquei prédios públicos e manifestações culturais de Rondônia para que as pessoas compreendam que nem sempre estamos nos ligando nesses espaços que temos em Rondônia.

A cultura fica muito sempre ali na periferia – eu digo assim, até na periferia dos pensamentos, de não se importar muito. Então, é por isso que eu quis trazer.

Primeiro, sobre como começou tudo isso aqui no sentido de estruturação: começa com a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a criação do SEC – que é o Sistema Estadual de Cultura. Isso acontece no ano de 2012, que é quando Rondônia vai aderir a esse Sistema Nacional por meio da Lei nº 2.747, e começa esse fortalecimento da integração cultural em âmbito nacional.

Passa a estar junto com os outros Estados em âmbito nacional, porque esse sistema funciona como o SUS, a gente costuma dizer. É como tem o sistema de saúde, a gente tem o sistema também de cultura.

Então, qual é a importância de nós estarmos compondo esse sistema? A lei vai criar o SEC, que vai definir a estrutura e os instrumentos legais que são as bases para a cultura do nosso Estado.

Então, a partir do momento que se cria o sistema, nós vamos ter juntos: o Conselho Estadual de Política Cultural, que é também criado nesse momento, nessa mesma lei; o nosso Fundo Estadual de Cultura, que é o Fedec – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura e também o Plano Estadual de Cultura.

O SEC tem muitos outros componentes, são nove componentes no total, mais à frente a gente vai falando dele. Mas é importante entender essa estrutura, porque a gente fala: “Eu faço cultura, eu sou da cultura popular”. Mas nem sempre a gente está entendendo essa parte burocrática, o que está ali por trás. E isso é muito importante, porque a gente só consegue fazer cultura na ponta quando essa parte burocrática está funcionando. Pode passar.

Quais são essas estruturas do Sistema Estadual de Cultura? Nós vamos ter, então, dentro dessa estrutura, os

componentes essenciais do SEC. Vou ter que ir um pouquinho para frente que eu não estou conseguindo ver o slide que eu estou passando. Essa é a parte das finalidades. Daqui não dá para ver direito.

Então, são aqui as finalidades essenciais do SEC. Vai também integrar todo o sistema, eu vou falar livremente, sem ficar lendo ali, vocês já podem ler. Esse sistema vai seguir para integrar o nosso Estado ao resto dos Estados; também para estruturar, para a gente criar essa estrutura básica dentro do Estado, tendo os fundos, tendo as conferências, tendo os programas estruturantes, programas de formação, tudo isso está dentro dos componentes. Pode passar.

E aí as instâncias de articulação, que nós vamos ter dentro do sistema as instâncias de articulação. Que é essa articulação com a sociedade civil e o poder público.

Dentro das instâncias de articulação, nós vamos ter o Conselho Estadual de Política Cultural, que é o CEPC, que é esse órgão deliberativo, esse órgão consultivo, norteador. Então, é um órgão que está para fazer essa ponte entre o poder público e a sociedade civil.

Hoje, o nosso Conselho é composto por 16 cadeiras. Somos 16 setoriais, dentre todas as setoriais do Estado de Rondônia. Essas 16 cadeiras são eleitas a cada dois anos, e dentre elas é eleito um presidente ou uma presidente e um vice ou uma vice.

Hoje a lei mudou. Antigamente, o presidente do conselho - antigamente não muito antigamente -, até 2019, a presidência do Conselho era ocupada pelo superintendente ou Secretário de Cultura. E nós modificamos essa lei. Quem modificou? O Conselho. O Conselho chegou num consenso que não dava mais para o secretário ser o presidente do

Conselho. Como que um secretário fiscaliza a si mesmo? Porque o Conselho é um órgão fiscalizador também, gente. Então, era um projeto que não funcionava.

Então, nós mesmos conseguimos mudar essa lei e, a partir de 2019, o presidente do Conselho é eleito entre seus pares. Então, nessas conferências de cultura, que também vou falar daqui um pouquinho, a gente elege este Conselho. Pode passar.

Aí vemos a Conferência Estadual de Cultura. Rondônia já realizou até o momento, seis conferências estaduais de cultura. Estamos indo agora para a sétima conferência, que acontece agora em novembro. E a conferência é esse momento de diálogo. É o momento em que a gente vai sentar junto: Conselho, o Poder Executivo, o Legislativo, caso esteja presente, e toda a classe que esteja presente em formato, são todos delegados ou convidados, observadores, vão para lá para discutir as políticas públicas para o Estado naqueles próximos dois anos.

A conferência acontece a cada dois anos nos Estados e, normalmente, a cada quatro anos em âmbito nacional. Nós acabamos de chegar de uma conferência nacional, gente, que aconteceu recentemente. Rondônia mandou 44 delegados para lá. E foi uma conferência incrível. Depois de muitos anos, mais de dez anos sem ter conferência nacional, nós fomos para Brasília discutir os rumos da política nacional.

E de lá saíram muitas coisas boas para Rondônia. Inclusive, a questão do fator amazônico, ou custo amazônico, como queira chamar, entrou no Plano Nacional de Cultura. As nossas tratativas sobre a fronteira, sobre os interiores, todos entraram porque nós estávamos lá presentes. Porque nós, de Rondônia, pudemos participar dessa conferência tão importante.

Então, é importante a participação social o tempo todo. E a conferência é esse momento. É o momento da classe se reunir, dialogar e discutir entre si e também com o poder público.

Aí nós temos os instrumentos de gestão. Dentro desses instrumentos de gestão, nós temos o Plano Estadual de Cultura, que é o PEC. O plano foi criado junto com o sistema. No entanto, ele só é instituído mesmo, um texto básico, em 2014. 5

E, de lá para cá, são dez anos. Normalmente, os planos são decenais, são programados para durarem dez anos. E, nesses dez anos, a gente vem avaliando. A cada conferência, a cada dois anos, a gente faz uma avaliação do que avançou e do que não avançou.

Então, minha gente, como eu estou nesse rolê de política cultural há um tempo, nós chegamos em 2020, olhe bem, o plano é de 2014, chegamos em 2020, seis anos depois, sem ter avançado o mínimo dentro do Plano Estadual de Cultura. Por que a gente não conseguia avançar nesse plano? Nós chegamos, então, em 2020 sem ter esses avanços. Quando vem o advento da pandemia – que foi horrível, não foi bom, não foi bom – mas, por um lado, nós tivemos avanços por conta da pandemia. Por quê?

A partir do momento da Lei Emergencial, que é a Lei Aldir Blanc, a LAB, recebemos recursos da União. Foi a primeira vez que Rondônia recebeu um montante de recursos, um volume de recursos muito grande. Até ali, o único recurso que a gente tinha era a destinação do Fundo Estadual de Cultura, que era recente e muito pequeno. Recente e pequeno.

A partir de 2020, a gente começa então ver esse plano avançar. Quando a gente vai para a conferência de 2023 –

que é a primeira depois da pandemia ali – a gente começa a repassar as metas do plano e a gente fala: “Olha, nós conseguimos avançar finalmente aqui em alguma coisa. Isso aqui foi, isso aqui foi, isso aqui foi”. Então, até ali, o avanço de metas tinha sido muito pequenininho, porque nós temos aquelas metas prioritárias, que são mais rápidas. E ali a gente começou a ver um avanço. Por quê? Porque veio recurso. Não existe cultura sem recurso, assim como não existe nenhum setor sem recurso. Todos os setores têm recurso.

E nós temos também, dentro desses elementos estruturantes, o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura, o Fedec. Essa é a menina dos olhos da cultura do Estado – ou, pelo menos, deveria ser a menina dos olhos da cultura. Por quê? Dentro desse fundo, gente, é para onde vai tudo e qualquer recurso que a cultura consiga. Dentro desse fundo, deveria ter 0,05% de destinação, como a Constituição Federal define, que é o mínimo que um Estado deve investir em cultura. No entanto, não é isso que acontece.

Esse fundo foi criado pela Lei nº 2.747, de 18 de maio de 2012. Ele começa a funcionar a partir do ano de 2016, quando tem os primeiros depósitos que são destinados, que aparece o nome assim: “Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura”. Isso porque eu fiz uma pesquisa extensa sobre o Fundo – até mesmo para fazer uma denúncia que fiz no Ministério Público, em relação ao uso do Fundo – e também para que a gente pudesse entender como é que esse Fundo vem se estruturando ou não se estruturando – tem isso também.

A partir daí, começa a ter essa destinação que, era de 0,5%. No entanto, em 2018, acontece uma mudança na lei que reduz de 0,5% para 0,05%. Olha, minha gente, mas é só um zero? Pois é, esse zero faz toda a diferença! Pode passar.

Hoje, a gente tem esse 0,05%, que corresponde a R\$ 3 milhões. Nós temos R\$ 3 milhões destinados do Estado para a cultura, por ano – isso, recurso próprio do Estado.

Aqui nós vamos falar sobre a política de fomento ao investimento em cultura. Nós temos aqui os primeiros editais. Rondônia começa a pensar num programa de editais, ali entre os anos de 2015 e 2016. E a gente tem esse lançamento desses editais.

Quem é da cultura há muito tempo vai lembrar: Jango Rodrigues, Lídio Sohn, Zezinho Maranhão, Dana Merrill, Ambrósio... Tivemos uma série de editais nesse período que a Sejucel – que na época, eu acho que não era Sejucel ainda, sei lá, mudou muito de nome – lança esses editais. E aí a gente fica todo feliz: “Olha, edital em Rondônia!” E era uma alegria tão boba. Eram editais de R\$ 20 mil, gente, para fazer um monte de coisa! Fiz festival com R\$ 20 mil.

Então, assim, a gente tem esses editais lançados, “não sei o quê”, alguns ganhos. Só que, quando chega em 2017, a gente tem que fazer um movimento para receber esses editais. Aí começa toda a coisa. Em 2017, tivemos que fazer um movimento para receber, porque a Sejucel não pagava. Pagou alguns; outros não. E esse recurso – tudo o que foi divulgado – é que ele era um recurso do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura. Se era um recurso do Fundo, por que não estava pagando?

Eu não entendia isso até agorinha. Até agorinha! O Secretário sabe do que estou falando. “Agorinha”, como diz a minha amiga Thais, eu entendi por que não recebemos os editais.

E quando a gente foi cobrar, que foi conversar com o nosso secretário à época, ele disse: “Não tem dinheiro. Nós não temos como pagar, porque não tem dinheiro”. Eu disse:

"Como que não tem dinheiro? Como é que um dinheiro some de um Fundo?" Sumiu. O dinheiro sumiu. E aquilo ficava martelando.

Resumo da ópera: nós fizemos um movimento chamado "Deposita, Sejucel", e eles pagaram. Pelo menos alguns. Outros nunca receberam. Até hoje tem gente que não recebeu. Eu sei que tem lá no meu município. Pode passar.

Muito bem. Esses editais desapareceram. Ninguém nunca mais ouviu falar neles. E estão por aí. São editais que poderiam continuar, mas sumiram.

Então, nós vemos aí, como em 2020, a criação e implementação de programas de editais culturais, que é a partir da Lei de Emergência Cultural. Temos a Lei Aldir Blanc, a LAB, que é de 2020 – essa Lei de Emergência Cultural, que trouxe para o Estado de Rondônia e para todos os Estados da federação. E Rondônia recebe R\$ 18 milhões pela primeira vez, um montante gigantesco!

E, a LAB, gente, eu era presidente de Conselho. Foi um desespero. Foi um desespero, por quê? A Secretaria não tinha um mínimo de estrutura para receber R\$ 18 milhões. Não tinha um mínimo de estrutura pra isso. E aí caiu assim, numa conta, "tchã", no fundo, aquele monte de dinheiro. Sem equipe, sem pessoal, sem nada. E foi aquele...

Eu digo mesmo assim, que eu enlouqueci junto, porque a gente estava em casa, sem poder sair e tudo, e eu fui tendo que aprender também uma série de coisas, porque ninguém disse que o presidente do Conselho ia ter que ajudar em tudo isso. E eu acabei tendo que ajudar na construção de todas essas coisas, tive que me aprofundar em cada lei dessa, conhecer as leis do Estado e nacional e tal. Mas, ainda se fez.

A gente devolveu da LAB ainda? Devolveu. A União recebeu de volta recursos, sim, do Estado de Rondônia. Foi devolvido em média de R\$ 5 milhões. Foi devolvido. Por quê? Aplicou-se o que deu e ainda teve prorrogação. A LAB foi de 2020 até 2022, porque o governo federal prorrogou ainda, tiveram duas leva de editais, foram abertos cerca de, se eu não me engano, 12 editais, e foi aplicado e o povo recebeu aí. Os municípios também receberam, também teve.

Agora, em 2020, veio a Lei Paulo Gustavo. Outra lei de emergência à cultura, focada no audiovisual. Um recurso que vem do Fundo do audiovisual. Boa parte dele é do Fundo do audiovisual. E aí, mais uma leva, mais uma loucura. Nós ainda estamos na Lei Paulo Gustavo. Rondônia hoje ainda vive a Lei Paulo Gustavo, porque ela caiu em 2022. O recurso ficou por 505 dias parado na conta do Estado.

O Conselho estava falando, mas ficou parado. Foi ficando parado e foi rendendo, foi rendendo. Aplicou-se o que deu e agora no finalzinho de 2024 é que chegou na conta dos fazedores de cultura. Neste momento, tem um monte de gente aqui que está fazendo projeto. É filme, é longa-metragem, é curta-metragem, é festival, é isso, é aquilo.

Está tudo caindo de uma vez, assim, na cadeia, para todo mundo assistir na cadeia produtiva e tudo, para ver aquele negócio, aquela loucura. Nós estamos vivendo a Lei Paulo Gustavo. E aí o governo federal vai lá e cria, a partir da LAB, cria o Programa Nacional de Blanc. Um programa que vai garantir recurso até o ano de 2027 para todos os Estados e todos os municípios do Brasil que quiseram aderir. Claro, né?

Então, mais uma vez a gente tem recurso chegando. Cai na conta do Estado, em 2023, mais R\$ 21 milhões, oriundo do Programa Nacional de Blanc. Este recurso fica lá. Fica lá e

vai ficando. Não tinha feito nem a lei Paulo Gustavo, foi ficando, foi ficando e ele continua lá. Ainda não foi pago. Temos três editais abertos no momento. Anteontem abriu outro. Temos três editais abertos.

Nós ainda temos mais quatro ciclos de R\$ 15 milhões para cair na conta do Fundo do Estado. Mais quatro ciclos. Então, essa audiência pública era aqui que eu queria chegar. Essa audiência pública se justifica por isso: nós precisamos criar uma estratégia. Nós, quando eu digo nós, todos nós. O Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, a Sejucel, o Conselho, a classe artística. Porque nós não podemos mais continuar nessa vida difícil de cair recursos, sair correndo, deixar parado, não sei o que.... A gente está ficando tonto, zozzo, porque a gente não consegue avançar com um monte de dinheiro desse na conta e a gente não consegue caminhar o tempo todo. "Ah, porque caiu não sei o que, porque se tirou não sei quem, porque não sei o que..."

A gente precisa de segurança institucional. O que é a segurança institucional? Nós precisamos ter, gente, equipe com formação dentro da Sejucel, porque para além de executar os recursos que caem na conta do Fundo Estadual, a Sejucel ainda é responsável por ajudar os 52 municípios - e aqui nós temos hoje vários gestores de municípios presentes que eu sei -, que também lá no município deles não é fácil, porque normalmente a pasta da cultura é uma pessoa para fazer tudo. Normalmente a pasta da cultura no município nem existe. Ela é dentro da educação, ela é dentro do turismo. Eu já vi, tem um município em Rondônia, que a pasta da cultura é no gabinete do prefeito.

Eu faço a tarefa de casa. Eu pesquiso todos os municípios como é que a cultura está se estruturando. E minha gente, eu nunca vi isso, como é que a cultura está

dentro do gabinete do prefeito? Mas tem, em Rondônia tem. No nosso país, em Rondônia tem.

Então, o Estado de Rondônia, ele tem além de tudo, a Sejucel, esse trabalho de auxiliar todos os municípios do Estado a chegar lá, a aplicar todos esses recursos que estão chegando. Agora me diz, isso é uma tarefa hercúlea para uma Secretaria que tem quatro pastas embutidas: esporte, cultura, lazer, juventude. Fico até cansada só de falar. Imagina de trabalhar lá sendo chefe de todo esse povo.

Nós não estamos aqui para fazer malhação de Judas. Nós não estamos aqui para malhar a Sejucel. Não é isso. Nós não estamos aqui para fazer malhação de Judas. Nós estamos hoje aqui para apresentar um problema que é de estrutura e que não é culpa de A, B e C. O Secretário não tem culpa, da Secretaria não dar conta também não, porque é uma estrutura de Estado e a gente precisa melhorar a estrutura.

Precisamos de concurso público para essa pasta. A Sejucel não tem um único funcionário concursado. A Sejucel hoje tem dois funcionários que são concursados de outra pasta, cedidos. Da hora que a educação disser - até o secretário é de outra pasta. Então assim, três, olha aí, três cedidos de outra pasta. Na hora que essas secretarias disseram "me devolve, me devolve," perdeu-se.

A Secretaria não tem memória. Por que não tem memória? Por que lá a maioria não sabe o que aconteceu em 2016, 2014. Eu sei mais do que eles que trabalham lá, às vezes. Porque estou aqui na ponta, vivenciando. Um monte de artista daqui sabe mais, porque está aqui vivenciando a cultura. Às vezes, um funcionário que chegou na Sejucel, não sabe desse histórico. E é por isso que eu quis trazer o histórico, também. Por que a pessoa não sabe? Porque quem

estava lá à época da LAB era outra pessoa; quem estava lá à época dos editais de 2016 era outra pessoa.

Então, nós precisamos de memória. Como é que tem memória? Quando nós temos funcionários concursados próprios da pasta. O dia que a gente tiver uma equipe de funcionários concursados dentro dessa pasta, nós vamos parar ter problema de devolução de recurso. Por quê? Tudo vai andar mais fácil, vai caminhar, vai ser mais orgânico. Pode passar o slide. Parei, demorei muito nessa.

Legislação atual e desafios no financiamento à cultura. Vamos lá. A redução do repasse do Fundo Estadual pela Assembleia Legislativa. Vamos falar sobre isso. Eu tenho uma mágoa no meu coração. Vamos lá. Gente, qual foi o impacto dessa redução em 2018?

Primeiro que isso não houve diálogo, deputada, não houve um diálogo à época entre a Assembleia Legislativa e a classe. Muitas pessoas estavam aqui e sabem disso. Nós não sentamos assim, igual a gente está aqui hoje, e dialogamos: "olha, vamos reduzir o percentual do Fundo, e aí a Assembleia apontou os seus motivos e a classe falou porque que não poderia e tal." Não houve esse diálogo, não houve. Simplesmente disseram: "olha, é 0,5%? Ah, vamos reduzir para 0,05% que vai dar certo". E reduziram.

O que se faz quando a gente faz isso? Lá em 2018, vai lá e pá, reduz. Nós deveríamos hoje ter na conta do Estado, oriundo do Estado, R\$ 27 milhões. Nós temos R\$ 3 milhões por ano, agora, porque o ano passado era R\$ 2,8 milhões, é porque está subindo aos poucos. Continua 0,5%. É que o Estado arrecadou mais. Quando o Estado arrecada menos, diminui.

Aí, pensa comigo: R\$ 3 milhões divididos para 52 municípios, faz a conta? R\$ 57 mil para cada município. Aí

a gente lembra que Porto Velho é uma capital, não é? Sei lá, quase meio milhão de pessoas. Como que R\$ 57 mil vão dar para fomentar a cultura em Porto Velho? Não consegue fazer um evento, por menor que seja, de Porto Velho com R\$ 57 mil. Quanto custa o "Flor do Maracujá"? Quanto custa o "Duelo na Fronteira"? Esses são os grandes eventos. Quanto custa um festival de cinema, um festival de teatro, um festival de circo? Quanto custa? É caro? Não é barato!

Cultura é caro, não é barato. Mas é caro, mas não é caro não, porque quando você investe em cultura, você está deixando de destinar recursos, por exemplo, para a saúde a mais, porque as pessoas vão ficar menos doentes. É comprovado que pessoas que têm arte, acesso à arte e à cultura, ficam menos doentes. Então, a gente tem que pensar nisso.

O que foi que ocasionou esse zero, colocado lá em 2018? Essa falta de recursos durante todos esses anos causou um impacto nas políticas culturais. Se nós estamos hoje do jeito que a gente está no sistema, a adesão ao sistema estadual, que é dos municípios aderindo ao sistema, até o ano de 2022, gente, nós tínhamos 13 municípios, dos 52 aderindo.

Agora a gente conseguiu chegar a 21 municípios. Mas, essa adesão ainda não é completa, nós não temos os 52 municípios, porque nós não temos recursos, oriundos do fundo, para que aquele senhor ali, que é o cara do sistema, coordenador do sistema, possa pegar um carro e ir de município em município, batendo na porta do gestor e dizendo: "Gestor, venha para o sistema, venha fazer a adesão ao sistema. O senhor precisa entrar no sistema, abrir seu Fundo de cultura para que o recurso da União venha direto para o Fundo do município." Não tem condições dele fazer isso sem recurso.

Você imagina pegar R\$ 3 milhões e dividir para fomento; para poder fazer essa parte estrutural do Fundo; para fazer conferência de cultura; para fazer fórum de Cultura; para fazer toda a parte do Conselho, as reuniões do Conselho, as reuniões presenciais têm um custo. Tudo tem custo. Tudo custa. E como é que eu faço isso com R\$ 3 milhões desse recursinho aqui? Porque não adianta você ficar só pensando no recurso da União. Agora tem recurso da União. Mas, até quando? Até que dia a gente vai ter a União injetando dinheiro nos Estados e nos municípios? Ninguém sabe.

Então, nós precisamos melhorar esse percentual, pelo menos retornar ao que ele era antes, ao 0,5%. O mínimo que a gente pode pedir é isso. Pode passar.

Mais um pouco sobre os impactos da diminuição do percentual constitucional para a cultura. A redução dos recursos. Primeiro, a estagnação e redução da adesão ao Sistema Nacional de Cultura, que é o que eu estava falando, está ligada a essa redução do recurso do Fedec. Isso é óbvio, é claro, é muito claro.

A gente vê que ficou estagnado ali. Quem aderiu em 2012, aderiu. Quem não ficou, ficou, ficou. Caiu o recurso da 22, da LAB; depois da LPG e tudo, aí volta a ter adesão de novo, porque aí volta a ter alguma condição para se dialogar. Estão acontecendo os fóruns de gestores, as reuniões com gestores. Então, essa gestão da Sejucel nos últimos dois anos, fez uma série de reuniões, uma série de fóruns, trazendo esses gestores e convidando eles para aderir ao sistema.

Os desafios para a sustentabilidade. Menos recurso compromete a continuidade, a expansão dos projetos de cultura. A descontinuidade de oferta de cultura causa a

sensação de inexistência de cultura também, criando um distanciamento da população para com os bens culturais do Estado. A gente ouve muito isso quando a gente faz um filme, quando a gente faz um espetáculo, alguém dizer assim: "Nossa Rondônia tem isso? Eu não sabia que Rondônia tinha teatro". Eu escuto isso todo dia. Eu tenho um grupo com 21 anos de história na minha cidade, e eu escuto isso todo dia de alguém dizendo: "Ué, eu não sabia que Vilhena tinha teatro! Eu não sabia que Rondônia tinha filme".

Em um festival, no outro dia, a mulher falou: "Nossa, onde é que vocês estavam escondidos com esses filmes que a gente nunca tinha visto?" Meu Deus! A gente não estava escondido. A gente estava aqui a vida inteira. Só que como que as pessoas vão ter acesso, se tem essa descontinuidade?

Eu ganho um edital hoje, acabou a LAB, acabou a PNAB (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), passam 2 anos, aí eu ganho de novo. Quem é que vai lembrar desse negócio que foi aqui e depois passou 2 anos? Não tem condições. A gente precisa de continuidade e constância para que funcione.

E o impacto no setor cultural? A redução de investimentos afeta a cadeia produtiva, a diversidade e o alcance das iniciativas culturais – principalmente no interior, onde o acesso à cultura ainda é mais difícil que na capital. Lá, nas nossas cidades interioranas, é um pouco pior. Quanto menos continuidade, menos as pessoas vão lembrar da nossa existência. Menos as pessoas vão falar bem da cultura do Estado.

Eu vi um vídeo, essa semana, do Governador falando que nós temos que falar bem do nosso Estado. Eu concordo com ele. A gente tem que falar bem do nosso Estado. Só que a gente também tem que conversar com a população para que a

população também fale bem. Mas, como é que ela vai falar bem se ela nem conhece?

Se a população não sabe o que a gente produz, qual é o volume de produção que nós temos – e é muita coisa! É muita coisa. A gente produz muito!

A partir da LAB para cá, eu tentei fazer um panorama sobre a produção cinematográfica em Rondônia. Eu não consegui. Eu não consegui, eu sei que tem muitos, mas a gente ainda não tem esse mapeamento, esse levantamento. E por quê? Porque a gente não tem recursos para fazer o mapeamento também. Nós não conseguimos nem nos organizar e saber quantos somos e onde estamos, porque não tem recursos.

Então, essa audiência, tudo está em volta disso, é de organização, de estruturação, que é o que precisamos. É o mínimo. Quando a cultura tiver uma estrutura de secretaria funcionando com um concurso público, com funcionários, uma estrutura com recurso do Fundo caindo corretamente lá, e toda essa estrutura organizada, nós vamos avançar muito mais do que já estamos avançando.

Hoje, com toda essa confusão que eu estou falando, com tudo isso, nós temos – a partir da LAB – um filme de Rondônia que chegou, pela primeira vez em 100 anos de história do Estado de Rondônia, pela primeira vez o Estado de Rondônia chegou ao maior festival de cinema que nós temos no Brasil, que é o Festival de Gramado.

Chegando lá, o filme “Ela Mora Logo Ali”, do Diretor Fabiano Barzo e do Rafael Rogante, esse filme fez um feito. Pela primeira vez pisando o pé neste local, ganhou três prêmios: melhor filme, melhor roteiro e melhor atriz, para Arael de Jesus.

Por que isso? Porque foi dada a oportunidade a esse grupo de pessoas, com R\$ 25 mil, em média – que foi o valor do filme, R\$ 25 mil mais ou menos – produziu um filme de tão boa qualidade que, na primeira vez que pisou lá, ganhou todo este prêmio. Já imaginou se a gente tivesse dinheiro sempre? O tempo todo? O que a gente não faria?

Então, nós precisamos que esta Casa, que o Executivo veja a qualidade das produções de Rondônia, para que vocês possam, sim, cada vez mais, nos ajudar a chegar lá: a chegar nos festivais nacionais, nos internacionais. Quem sabe no Oscar, quando se trata de audiovisual.

E, quando a gente fala das outras linguagens, não perde nem um pouco para o audiovisual. Nós temos grupos de teatro, de circo, que o tempo todo circulam dentro da região Norte, fora da região Norte. Basta uma produção daqui se inscrever em um festival – passa, minha gente! Passa! E vai, vai, vai!

Então, a gente só precisa de oportunidade – estou terminando. Precisamos de oportunidade. E, para essa oportunidade acontecer, o Estado precisa se estruturar.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente)- Obrigada, Valdete, pela exposição. O importante, realmente, é a gente vê que a situação é bem delicada, e é importante trazer aqui ao conhecimento desta Casa de Leis para que a gente possa fazer encaminhamentos.

Essa audiência pública está sendo gravada, está sendo feita a Ata também, e, depois, vai ser disponibilizada a vocês.

Nós temos agora o Édier Willian, para fazer uma exposição. Eu gostaria de pedir que pudéssemos tentar ser breves, porque nós queremos ouvir os demais. Até veio aqui várias inscrições, e, pelo quantitativo de pessoas que já estavam inscritas, nós vamos ter que diminuir um pouco o tempo de fala para poder ter mais participação. Estou preocupada com quem está lá em cima também. As pessoas querem participar, querem dar sua contribuição, querem fazer encaminhamentos.

Então, só vou pedir para todo mundo contribuir, ser bem objetivo e deixar sempre muito claro aqui o encaminhamento, de fato – qual é o ponto. E, na fala da Valdete foi bem importante, porque ela deixou muito claro. Que os demais sigam nesse mesmo ritmo, para que nós possamos, depois, conseguir fazer os encaminhamentos.

Agora eu quero convidar o Édier para poder fazer o uso da fala. Pode se dirigir à tribuna.

Até que ele chegue aqui na tribuna, eu quero agradecer a presença da Vereadora Juliane Duarte, do município de Costa Marques, que seja muito bem-vinda aqui com a gente.

Quero também aqui agradecer ao Senhor Valdemir Pinheiro Silva, mestre Baima, baluarte do samba, cantor, sambista. Seja muito bem-vindo aqui também com a gente.

E pode começar sua apresentação, meu amigo.

O SR. ÉDIER WILLIAM MEDEIROS DA SILVA - Boa tarde. Boa tarde a todas, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, à Deputada Cláudia de Jesus, cumprimento em nome dela a Mesa.

Para nós, após mais de dez anos em que o Conselho esteve aqui em uma Audiência Pública, retornar a esta Casa

para pautar a cultura enquanto representação do Conselho é mais do que importante, é mais do que relevante.

Eu gostaria de me apresentar brevemente para situar do lugar de onde eu venho e do quão importante, quando se fala de interior, é a gente ter essas representatividades aqui.

Eu sou Édier William, escritor, ator, diretor, produtor cultural e desempenho diversas funções em vários segmentos da arte para viver de arte. Hoje, eu sou um dos poucos de Rondônia que vive exclusivamente de arte. Eu tenho quase certeza que se nós tivéssemos muito mais pessoas vivendo de arte no Estado de Rondônia, a plenária estaria muito mais cheia. Muita gente não veio aqui hoje porque está trabalhando em um trabalho secundário para sobreviver.

E cultura é um setor econômico que nós precisamos trazer alguns números. Muitas vezes, dentro das gestões, números importam muito. Quer dizer, acho que números é só o que importa no final das contas. Nessa oportunidade que eu vou falar em nome de tantos trabalhadores que não poderão estar aqui, eu vou trazer algumas sugestões alguns números e algumas reflexões que derivam das discussões que nós temos dentro do Conselho. Nada do que eu disser aqui saiu única e exclusivamente da minha cabeça. Sai de discussões que são feitas constantemente dentro do CEPC.

No cenário brasileiro, e aqui eu estou falando de um Estado que a gente tem muita dificuldade em lidar com a forma com que a população encara a cultura, por diversos motivos, e a gente sabe alguns deles. Nós temos um setor que tem uma representatividade muito grande dentro do PIB (Produto Interno Bruto), mas que isso não é propagado na sociedade.

A título de exemplo, de exemplo não, a título de precisão, a economia criativa representou no ano de 2023 3,6% do PIB e movimentou R\$ 393 bilhões. Isso foi superior ao setor automobilístico que é um setor muito importante na nossa sociedade. E por que a cultura é tratada como um setor inferior? Fica essa primeira pergunta.

A cultura vai além de números macroeconômicos. Ela se manifesta na capacidade de gerar empregos. E, às vezes, a gente se esquece que quando você investe em um festival, as pessoas que vão àquele festival vão se hospedar em hotéis, vão se alimentar em restaurantes, e todas as pessoas que vão para esses festivais vão acabar consumindo dos artesãos. E é toda uma cadeia que é movimentada quando um único evento é criado, é fomentado.

A gente costuma dizer que quando você investe em um evento, você derrama dinheiro na vizinhança. É um dos poucos setores que, quando investido nele, o recurso é distribuído na vizinhança, e a vizinhança é todo o comércio local. E a gente precisa entender isso.

E nós, enquanto agentes culturais, enquanto trabalhadores da cultura, precisamos ter isso no nosso discurso para defender o incentivo à cultura, o investimento à cultura. Porque muitas vezes, quando atacam a cultura, a gente acaba, por uma impotência, não conseguindo defender pontos básicos como esse.

A presidente há pouco falou sobre a cultura ser, para além de um investimento, você poupar recursos quando se trata de saúde. Mas, tem um outro setor da economia também, que quando investimos em cultura, nós temos economia, e é o setor da segurança pública. Quando se investe em cultura, se economiza em segurança pública. E a gente precisa entender isso. A gente precisa compreender que, quando você

cria um projeto cultural, como vários que existem, tanto em Rondônia quanto no Brasil, em que crianças e adolescentes são colocados em escolas de arte, essas crianças, esses adolescentes deixarão de estar propensos a entrar na marginalidade.

E a gente precisa pautar isso de um ponto de vista da seriedade. No nosso Estado, a cultura não é tratada com seriedade. Caso fosse tratada, a partir dos números trazidos pela presidente há pouco, de que no Estado de Rondônia nós temos um orçamento de até 0,05% para o Fundo, o que representou, em 2024, R\$ 2,8 milhões, neste ano R\$ 3 milhões, e que nós ainda perdemos. O Estado de Rondônia não conseguiu executar R\$ 2,8 milhões, que é uma fração miserável do orçamento, ele conseguiu perder no ano de 2024. Não foi executado.

Então, no ano de 2024, para fomento das ações, os únicos recursos utilizados foram os recursos vindos do governo federal. O recurso que era previsto pelo Governo do Estado não foi utilizado. E isso passa, pelo que a presidente já falou há pouco, que é nós não temos uma Secretaria estruturada.

E aí, eu tinha preparado um texto muito maior, mas respeitando o que a deputada solicita, eu quero ser mais direto nas proposições que nós trazemos do Conselho, para encaminhamentos que poderão ser utilizados ao final desta audiência.

Mas antes, eu não posso me furtar de dizer, mais uma vez, sobre a tristeza que é para quem trabalha com a cultura, de passar quase dois mandatos do Governador e ele nunca ter se sentado com a cultura para dialogar.

E não foi por falta de tentativas. Já que vamos dar ouvido à plateia, falou-se sobre devolver recursos. Nós

devolvemos R\$ 5 milhões da LAB, em 2022. Nós devolvemos agora, aproximadamente R\$ 5 milhões da LPG (Lei Paulo Gustavo). Nós não teremos neste ciclo da PNAB os R\$ 20 milhões. E assim, Rondônia vai perdendo recursos, e isso é porque o Governo do Estado de Rondônia - e aí, eu estou falando do Chefe de Estado -, porque enquanto o Secretário, como disse a presidente, nós não estamos aqui para malhar o Paulo Higo, aliás, é um Secretário que dá a "cara à tapa" e que veio aqui participar dessa reunião.

E isso, eu acho que tem que ser enfatizado, isso tem que ser enfatizado, porque esse diálogo passa pelo lugar de que os dois lados têm que estar interessados a dialogar. E todas as vezes que nós fomos à Secretaria, nós estivemos nesse lugar de diálogo. Só que não adianta dialogar e conversar com o Secretário, se quem está com a caneta na mão, não tem o menor interesse em trabalhar pela cultura. E quando a gente fala que não tem o menor interesse, nós estamos falando do ponto de vista que, se tivesse um pingão de interesse, essa Secretaria - que por obsequio, ele prometeu que seria uma Secretaria de Cultura, não Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte e Lazer, porque essa foi a promessa de campanha. Seria uma Secretaria de Cultura. Avançamos um pouco, porque era uma Superintendência vinculada à Educação, mas não foi o que foi prometido.

Então, neste momento, apesar de toda a nossa tristeza com a forma com que a cultura é gestada no nosso Estado, nós acreditamos no diálogo e na possibilidade deste governo entrar para a história como o governo que fez a transformação da cultura. E a gente não vem aqui enquanto quem é contra governo, quem é contra Secretário, quem é contra ALE/RO, que, aliás, é dentro da ALE/RO que a LOA

(Lei Orçamentária Anual) é discutida e é aprovada, e a cultura nunca esteve dentro da LOA.

A cultura precisa estar dentro da LOA, e é dentro dessa Casa que as discussões a respeito da LOA, passam. É claro que o governo manda uma proposta e depois as discussões são feitas dentro da Casa. Então, não dá para um Estado, cujo orçamento para o fomento é de até 0,05%, dizer que tem compromisso com a cultura, porque não tem. É apenas discurso.

Dito isso, as nossas propostas estão elencadas em cinco tópicos. O primeiro deles, é o aumento do percentual do Fedec para no mínimo, 1%. Segundo, a criação da Secretaria Estadual de Cultura, que foi uma promessa de campanha do governador. Terceiro, realização de concurso público para esta Secretaria. Quarto, executar os recursos que vêm do governo federal. Isso é o mínimo. Não dá para perder recursos. Quinto, nós temos uma Lei Estadual de Incentivo à Cultura que muita gente desconhece, inclusive, que é a Lei 435, de 2011, que, para ela, de fato, ser executada - e que a gente possa usufruir dessa lei -, é necessário o convênio com o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária). É o que está faltando nesse momento, para essa lei entrar em ação e, claro, é orçamento, precisa se prever orçamento e precisa que essa lei, que seja feito convênio com o CONFAZ para que essa lei entre, de fato, em vigor. Então, uma das nossas pautas é que essa lei exista de fato e de direito, não apenas no campo ali das ideias.

E, por fim, a criação de programas estruturantes com previsão orçamentária para os que existem. Porque nós temos o Programa do Patrimônio Material e Imaterial do Estado de Rondônia, mas não tem um centavo para este programa. Do que adianta ter um programa que não tem dotação orçamentária? Do que adianta dizer que tem um Programa do Patrimônio

Material e Imaterial do Estado de Rondônia, se não chega um centavo para as escolas de samba, não chega um centavo para os bois, não chega um centavo para todas as manifestações culturais do Estado?

Então, não há um programa. Há apenas aquilo que fazem. Quando a gente chega para cobrar, "não, nós vamos criar alguma coisa", e cria o negócio, mas na hora que chega lá em cima, "ah, não tem dinheiro, não". E aí, dentro desse escopo dos programas, nós temos vários programas que foram discutidos e que serão encaminhados como pautas de encaminhamento.

Eu agradeço a fala. E por fim eu acho que não é muito dizer, dá sempre para a gente repetir: cultura não é gasto, cultura é investimento. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Édier. Depois a gente gostaria que você apresentasse, entregasse para a gente também esse documento.

Agora, dando continuidade às apresentações, foi definido aqui cinco minutos, nós temos sete apresentações, foi definido cinco minutos, porém nós temos também mais algumas pessoas que querem falar, foram feitas algumas inscrições. Eu gostaria de combinar aqui, nós podemos reduzir essas apresentações aqui que vão ser feitas?

Tem aqui Adailtom, Marfiza, Ana, Anne Pablicia, Marilza, Paulo Jorge, Berenice e Franklin. São essas pessoas. Eram cinco minutos. Nós podemos reduzir para três minutos?

Então, para começar, Adailtom Alves vai fazer aqui uma apresentação sobre políticas públicas para a cultura. Já está vindo.

O SR. ADAILTOM ALVES TEIXEIRA - Boa tarde. Prometo ser bem breve, até escrevi para não me perder no tema e no tempo. Então, ao cumprimentar a Deputada Cláudia de Jesus, cumprimento toda a Mesa.

Ao cumprimentar o Mestre Bainha e Rita de Queiroz, aqui presentes, cumprimento todos os companheiros e as companheiras das artes. Muito importante ter os dois mestres aqui, o Mestre Bainha e Rita de Queiroz.

A minha fala, a minha intervenção é de ordem mais geral acerca da política pública de cultura. E eu começo dizendo o seguinte: a Constituição Federal é muito mais que um conjunto de leis. Antes de ser um corpo jurídico, ela é um pacto da sociedade consigo mesma. E nesse pacto de 1988, a cultura foi reconhecida como um direito fundamental. Está lá no artigo 5º, junto dos direitos e garantias mais importantes.

E quando olhamos os artigos 215 e 216, que são os mais específicos, vemos que o Estado tem a obrigação de garantir a todos, a todas, o pleno exercício dos direitos culturais; o acesso às fontes da cultura nacional e de apoiar, valorizar e difundir as manifestações artísticas e culturais.

Porém, senhoras e senhores, isso só se torna realidade por meio de políticas públicas. É por elas que o direito se transforma em prática, é por elas que os recursos chegam, que as oportunidades aparecem, que o Estado se conecta com a sociedade.

Por isso o papel desta Casa é fundamental, afinal, aqui estão os representantes do povo, aqui se criam as leis, vota-se o orçamento, fiscaliza-se o Executivo. E é

preciso dizer com clareza, a cultura ainda não tem recebido a atenção que merece aqui no Legislativo. A prova é a ausência de outros parlamentares nesta Audiência Pública.

Estamos falando de um setor, como o Édier já colocou, que movimenta mais de 3% do PIB brasileiro. A cadeia produtiva da cultura e das economias criativas gera empregos, movimenta cidades e impacta outros setores diretamente, como o turismo, só para citar um exemplo. E não é só discurso.

Pesquisas comprovam o retorno econômico. A Fundação Getúlio Vargas mostrou que de cada Real investido na Lei Rouanet, por exemplo, retorna R\$ 1,59. No Rio de Janeiro, em uma pesquisa do próprio Governo do Estado sobre a Lei Paulo Gustavo, de cada Real investido, retornou para o Estado R\$ 6,51. Em São Paulo, R\$ 1,67. A fonte disso aqui é O Globo, vocês também podem procurar.

Isso é desenvolvimento econômico, isso é investimento que volta para o povo. Mas, infelizmente, em Rondônia nós temos perdido oportunidades. O Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura – Fedec, enfrenta problemas desde sua criação. A Política Nacional Aldir Blanc, que trouxe recursos significativos para o Estado, não tem sido executada como deveria.

Em alguns casos o dinheiro sequer foi aplicado como já foi falado aqui, totalmente, que a Lei Aldir Blanc 1 e a LPG retornaram recursos. E é importante mencionar, são leis emergenciais, foram criadas no momento de pandemia para socorrer a cadeia produtiva e não foram aplicadas como deveriam. Retornou recurso.

Quem perde com isso? É a população rondoniense. É importante frisar, por mais óbvio que seja que o artista, o produtor, a produtora, não pega o recurso para si, mas sim

para executar um projeto que garante que a manifestação artística chegue à população.

A seleção por meio do edital, nesse caso, ele é um instrumento para que um direito constitucional se cumpra. Mas é também emprego, é renda, é cidadania. Amir Haddad, um homem de teatro com mais de 60 anos de profissão, costuma dizer: "Os militares fazem a pátria, os políticos fazem o país, mas só os artistas fazem a nação". Isso porque a cultura é a alma e a identidade de um povo, e as artes são o cimento dessa construção identitária.

Eu tenho certeza que todos e todas aqui, quando o Asfaltão estava aqui batendo os seus tambores, mexeram o pezinho, mexeram a mão. Isso é esse cimento, isso é o que nos constitui, e isso é a arte que faz. Se olharmos bons exemplos do Brasil, como o sucesso do audiovisual pernambucano, que tem ganhado prêmios mundo afora, a efervescência do teatro paulistano, veremos por trás que há sempre políticas públicas consistentes.

Rondônia também pode trilhar esse caminho. Temos artistas potentes, diversos e talentosos. O que falta é garantir que políticas públicas de cultura sejam tratadas como prioridade. Que esta Casa assuma o compromisso de fortalecer o setor cultural. Quem ganhará com isso não serão apenas os artistas, mas toda a sociedade rondoniense. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Adailton, pelas palavras. De fato, a gente reconhece que esse é o nosso retrato.

Eu convido agora para fazer uso da palavra. Aqui está como "agente territorial, a necessidade de o governo mapear

a diversidade cultural do Estado, formular políticas públicas a partir desse mapeamento". Quem vai fazer essa apresentação é a agente territorial Marfiza Calixto França. Três minutos. Quando finalizar o tempo, eu vou avisar aqui.

A SRA. MARFIZA CALIXTO FRANÇA - Por favor, companheira. Me colocou de volta em 1992, na campanha da Bené. Dois minutos. Era um dedo na cara naquela época, não tinha ninguém marcando.

Bom, cumprimentar então os meus companheiros da cultura, a presidência desta Casa, que obviamente a deputada é a nossa anfitriã nesta tarde. Agradecer a vocês todos pelo convite, a paciência da deputada, do Gadelha, especialmente, que eu perturbei bastante nesse meio tempo para que nos atendesse aqui hoje. Fomos muito bem recebidos sempre, então, agradecer. E fazer uma provocação rápida antes de falar do que vim falar aqui para os meus colegas.

Será que se daqui a dez anos nós voltássemos aqui e não lembrássemos que hoje a Deputada Cláudia de Jesus, como deputada, abriu essa porta para nós, isso seria justo de nossa parte? Possivelmente não seria. Então, eu gostaria, antes de fazer minha fala, de agradecer ao ex-deputado, atual Prefeito da cidade, Léo Moraes, que, em 2018, abriu a Casa para nós, nos recebeu aqui, instituiu o Fundo Estadual de Cultura. Na ocasião, outras pessoas colaboraram, além da comunidade cultural desta capital, também do interior do Estado. E o deputado, na época, Deputado Alex Redano, foram os que colaboraram naquela ocasião.

Então, fazer justiça a isso e lembrar que a nossa memória não pode jamais ser seletiva, porque nós precisamos sempre uns dos outros, mesmo na discordância.

Eu hoje sou agente territorial de cultura, mas o agente territorial, o edital do Ministério da Cultura do Programa Nacional dos Comitês de Cultura, ele nos pedia um histórico de atuação. E eu voltei para Rondônia em 2016, mas atuei durante 27 anos no Rio de Janeiro junto aos meus pares de lá, a quem eu devo um agradecimento pelo aprendizado que eu tive durante o tempo em que estive lá, e que hoje eu tento aplicar e trazer para colaborar com os meus colegas daqui.

Como agente territorial, algumas questões me incomodam. Especialmente quando eu retornei, a primeira sensação era de que eu não tinha com quem falar, porque eu não sabia mais quem eram as pessoas. E a gente tinha um protagonismo da fala da capital por motivos óbvios. A capital está próxima desta Casa de Poder e da gestão, e, por isso, a gente começa lá atrás, em um pequeno grupo da comunidade cultural, a tentar buscar essa amplitude da comunicação da cultura e levar as questões para o interior do Estado e trazer as pessoas do interior do Estado para fazer essa participação.

Isso foi bem sucedido. E, em 2020, quando chega a pandemia, nós conseguimos ampliar muito isso. Porque, se antes nós falávamos sem nenhum recurso em conta, brigando por um Fundo que tinha uma lei, mas que ainda não tinha se cumprido – e até hoje estamos lutando pelo mesmo motivo –, hoje, pelo menos, com o recurso federal, temos a possibilidade de vir defender uma política pública que se tornou perene através da Política Nacional Adir Blanc. Esse programa que nasce na pandemia, mas que agora se consolida como uma política permanente, e que nós temos o direito e o dever de mantê-lo de pé, porque ele depende sempre da famosa lei orçamentária.

E todo ano a gente tem que buscar, brigar por ele. E a gente não consegue fazer isso sem os nossos deputados, que vão fazer essa defesa. Então, agradecer a todos vocês e falar que, a minha fala como agente territorial, é pela amplitude dessa discussão, para que a gente ouça os municípios, os deputados, o governador, os senadores, todos são eleitos pelos municípios.

Então, a gente se lembrar sempre do que a gente está lutando aqui, é pela comunidade cultural do Estado e não só de uma pessoa. Obrigada pelo tempo e pela presença de vocês.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Marfiza.

Quero agora convidar a Anne Pablicia, que vai fazer aqui a apresentação da cultura popular pela perspectiva dos brincantes e trabalhadores do comércio ambulante, a economia criativa e a circulação de recursos nas periferias. Três minutos.

A SRA. ANNE PABLÍCIA MAMEDES - Eu confesso que eu estava com medo de não aparecer aqui nessa tribuna. Eu estava ali pensando nisso, mas piadas à parte.

Em nome da deputada, eu cumprimento todos os gestores que aqui estão. Em nome do nosso Secretário, eu cumprimento todos os homens e mulheres fazedores de cultura. E o nome da minha presidente, que eu tenho o maior orgulho do mundo, de ter uma presidente como a Val, eu cumprimento todos os fazedores de cultura que têm no Estado de Rondônia, que é uma pessoa que nos leva ao conhecimento de todas as formas.

Val, eu agradeço muito, quero falar diante do público, toda oportunidade que você tem dado, tanto para todas as pessoas do Conselho quanto para mim. Quero agradecer.

Coube a mim fazer um panorama sobre a cultura popular e, eu já estava esquecendo, gente. Venho representando também o Conselho de Cultura, sou Vice-Presidente do Conselho de Cultura. A nossa Presidente Berenice não vai poder estar presente em função de doença, então ela não está presente. Também represento o Conselho Municipal de Cultura. Tanto no Conselho Municipal de Cultura quanto no Conselho Estadual, ocupo a vaga da cultura popular.

Falar da cultura popular, para mim, é um tanto quanto emocionante e, ao mesmo tempo, a gente gosta de dizer que eu sou assim, eu brigo por isso, porque nós temos um panorama muito difícil na cultura popular. Eu fiz aqui um rascunho, vou ser breve, deputada, porque você já falou isso.

A cultura popular abrange todas as outras artes. Se você parar para pensar, na cultura popular você vai encontrar a música, a dança, o teatro; você vai encontrar o folclore, as artes, todas as outras artes, todas as outras linguagens culturais, você vai encontrar dentro da cultura popular.

Por quê? Porque nós fazemos dentro da cultura popular o "Flor do Maracujá", lá vão ter os seus temas, vão ter lá os seus figurinistas, nós temos as escolas de samba. Em todos esses lugares, nós vamos encontrar todas as manifestações, todas as linguagens culturais. Então, a cultura popular é muito extensa, ela é muito grande e pouco vista pelos deputados e pelos governamentais.

Em Rondônia, a cultura popular é uma mistura vibrante de influências indígenas, nordestinas, sulistas, africanas.

Ela é multifuncional, porque nós não temos uma identidade própria ainda na nossa cultura, porque nós estamos trazendo, ainda, de vários outros lugares, essa cultura ainda enraizada na gente.

Mas nós podemos citar, como já disse aqui há pouco, alguns desses eventos que nós temos, essas festas populares, como o "Arraial Flor do Maracujá", que lá apresenta seus bois-bumbás e quadrilhas. Nós temos as escolas de samba, que, infelizmente, eu uso essa tribuna agora, para dizer que nós não estamos sendo vistos, enquanto escola de samba. Tem carnaval, porque todo canto tem carnaval, mas o desfile das escolas de samba, não é visto. Temos os blocos carnavalescos, nós temos aí o "Duelo na Fronteira" e dentre tantas outras manifestações culturais que nós temos.

Agora, quando nós vamos falar a respeito, do brincante, das pessoas que fazem parte dessa festa, nós, enquanto escolas de samba, enquanto cultura popular, nós vamos falar: Nós geramos renda e geramos emprego, nós estamos ali porque nós estamos o tempo todo, dentro dessas manifestações, trazendo a economia criativa, através das bancas, através dos - gente, o tempo era pouco, mas é porque a cultura popular é grande, então, rapidinho -, ela desempenha um papel fundamental nas festas populares, aquecendo o comércio local, movimentando dinheiro e gerando empregos e renda para muitas pessoas, pois sempre precisamos das pessoas.

Lá a gente tem os serralheiros, figurinistas, coordenadores, artesãos e tantos outros que fazem parte para poder estar fazendo. E nós não somos vistos como devemos ser.

Como o tempo é curto, eu vou finalizar dizendo o seguinte: contudo, a cultura popular tem um impacto significativo na vida das pessoas, mais simples ou não, influenciando sua identidade, comunidade, economia, seja como brincante, público ou comerciante.

A conexão é uma fonte de alegria, pertencimento e sustento para muitas pessoas. Essa rica expressão cultural continua a ser uma parte vibrante da vida dessas pessoas que passam o ano todo organizando, programando e buscando a melhor forma de mostrar a sua arte, unindo as pessoas e celebrando a diversidade não só no nosso Estado de Rondônia, como em todo o país.

Finalizo dizendo que a educação ensina; mas a cultura, emancipa e transforma.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Parabéns pela apresentação, Anne Pablicia.

Agora eu quero convidar para fazer aqui a apresentação a conselheira Marilza Santana dos Santos, que vai falar sobre o impacto dos investimentos em cultura, uma ótica do interior. Três minutinhos.

A SRA. MARILZA SANTANA DOS SANTOS - Difícil, não é? Esse negócio do tempo.

Boa tarde, boa tarde à Deputada Cláudia de Jesus, a todos os integrantes que compõem essa Mesa e especialmente à Valdete, nossa presidente, que trabalha arduamente – eu não sei se a Valdete dorme ou come, gente. Boa tarde também à Silvia, que está também na linha de frente da nossa luta.

Cumprimento os artistas, gestores e gestoras culturais aqui presentes. Eu sou a Negra Mari, sou filha dessa Amazônia, afro-indígena, sou produtora cultural, atriz, escritora, atualmente vivencio o audiovisual. Sou conselheira estadual do Setor de Cultura Afro e também idealizadora de um ponto de cultura chamado Casa do Saber, entre outras.

A gente está sempre desenvolvendo várias atividades porque a gente vê essa necessidade. Principalmente para nós que somos do interior – e eu acredito que deve ter alguns por aí também – a gente sabe a deficiência e a dificuldade que é fazer arte no interior.

Como eu falei, eu sou de Ariquemes, uma cidade que está a 200 quilômetros da capital. Só que também é uma cidade que está entre as três maiores do nosso Estado e, no entanto, também lidera o terceiro lugar como a cidade que tem o maior número de estupros, estupros de vulnerável e feminicídios.

Então, dentro desse lugar, eu venho falar da importância, do impacto do investimento na cultura. Como que isso impacta nós, fazedores de cultura, nossa comunidade, nossos jovens, nossas crianças e nossos adolescentes.

Eu quero falar da cultura a partir desse olhar, onde cada Real investido é extremamente importante porque vai multiplicar – vai ser um multiplicador social, educacional e econômico. A indústria criativa hoje representa 3,59% do PIB brasileiro, ou seja, R\$ 393,3 bilhões, dados de 2023.

Quando esse motor chega no interior, ele vira renda – desde a costura dos figurinos ao vendedor de pipoca na frente do teatro; desde os técnicos de som ao jovem que aprende a manusear uma câmera e produzir audiovisual e

fazer vídeos, ser videomaker – e outras oportunidades que podem haver.

Temos marcos importantes para organizar esse avanço. Sabemos que em 2024 foi sancionada a Lei de Cultura nº 14.835, que institui o Sistema Nacional de Cultura, com gestão colaborativa entre União, Estado e Municípios – uma base legal para planejamento, cofinanciamento e continuidade, e não ações pontuais. No entanto, precisamos fazer esse sistema funcionar de fato na ponta, com o interior como prioridade da política pública.

Também vivemos esse impulso da Lei Paulo Gustavo em Rondônia, com mais de 300 projetos aprovados, quase R\$ 18 milhões e meio sendo executados no nosso Estado. Porém, quando a gente vai olhar os Estados e os municípios e a adesão dos municípios do interior, há muita fragilidade. Há muita falta de capacitação, as pessoas não entendem o que está sendo dito. Precisa ser mais simplificado, precisa chegar lá no interior, precisa chegar para a gente, para que isso também vire lição para os próximos ciclos.

Do meu lugar de fala, eu posso dizer, o que acontece quando esse investimento chega? Quando esse investimento chega, movimenta a economia local, forma plateia, a escola pública vai ao teatro, a cidade se reconhece no palco, adolescentes trocam a rua pelo microfone, aprendem narrativas, respeito, técnica, descobrem habilidades, talentos – tem uma nova visão de mundo e perspectiva. A literatura mostra que iniciativas de participação juvenil e ação coletiva associam essa trajetória e faz com que a cidade se reconheça.

Então, por tudo isso, eu deixo um pedido objetivo a esta Casa: tratar a cultura do interior como política de

desenvolvimento, não apenas calendário de eventos, que é o que acontece.

Temos leis, sabemos o tamanho do nosso mercado, conhecemos os gargalos. O que falta é transformar em mecanismo concreto e metas verificáveis.

E eu quero aproveitar também que nós estamos falando aqui para registrar, mais uma vez – eu sei que meus colegas todos já disseram – mas fazer um registro importante. Hoje, nesta audiência, nós temos 24 deputados estaduais eleitos no nosso Estado. Onde estão esses deputados que não estão aqui com a gente? Que não estão ouvindo, que não estão participando, construindo junto conosco, fiscalizando tudo isso e não fazendo com que os recursos sejam devolvidos, ou atrapalhando o nosso processo – como aconteceu nesses editais passados, que a gente teve problemas e barras e barras para superar, porque estavam sendo travados por deputados, que sequer conheciam o processo dos editais, que sequer sabiam de onde vinha esse recurso. E é isso que nós temos como representante.

E que nós, enquanto artistas aqui hoje, nesse momento, possamos lembrar quem somos, por que trabalhamos e escolher seriamente nossos representantes. Depois, não adianta a gente reclamar. São 24 deputados eleitos por nós – e nós só temos aqui hoje a Deputada Cláudia de Jesus.

Então, fica aqui a minha fala. E eu quero encerrar com uma fala – muito obrigada – do nosso grande artista e ex-ministro da cultura Gilberto Gil: “Cultura é arroz e feijão. Cultura é necessidade básica. Cultura é rotina, é pele, é povo. Cultura é todo dia. Cultura é a gente. Cultura não é luxo, não é elite não é burguesia. Cultura é povo.”. E que a gente não se esqueça disso. Que nossos

representantes não se esqueçam disso. Que a Sejucel não se esqueça disso.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Marfiza Santana dos Santos, a Negra Mari, pela sua fala. Parabéns.

Quero aqui agradecer a presença do senhor Raimundo Veloso, representante do Boi Bumbá Mimoso.

Quero também aqui agradecer a presença da Senhora Gilmara Lopes, representando a Jucadiro (Associação Folclórica e Cultural Junina Caipiras da Diversidade Rondoniense), aqui com a gente. Obrigada pela presença.

Agradecer também a Senhora Keila Barbosa, que é Presidente da Fundação Cultural lá do meu município de Ji-Paraná. Seja muito bem-vinda, Keila.

Quero também agradecer a presença do Cirilo, lá de Jarú. Também o Professor Leomar, que está aqui com a gente. Sejam todos muito bem-vindos.

E dando continuidade ao nosso trabalho, eu quero agora convidar o Paulo Santos, que vai fazer aqui uma apresentação sobre fronteiras culturais em Rondônia. Três minutos.

Quero também agradecer a todos que assistem a nossa Audiência Pública, através da TV Assembleia e também por todos os canais de comunicação, todas as redes sociais.

O SR. PAULO SANTOS - Boa tarde a todos, boa tarde às autoridades, aos colegas artistas, a todos que estão aqui

presentes. Eu sou Paulo Santos, produtor cultural, músico, ator. Também atual Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Guajará-Mirim e Presidente da Associação Cultural Waraji, detentora do Patrimônio Imaterial Duelo na Fronteira.

É uma honra estar aqui hoje falando com vocês, nesta audiência da cultura do Estado de Rondônia. Trago hoje aqui para vocês a voz da fronteira, que não é apenas um território físico, mas sim também um espaço simbólico de encontro, de diversidade, de riqueza cultural.

Quando falamos de Rondônia, a gente precisa lembrar que somos um Estado essencialmente marcado por uma fronteira. Porto Velho, nossa capital, nasceu como uma cidade de passagem, ligada tanto à ferrovia Madeira-Mamoré, e desde então ela se constitui como uma porta de entrada para o comércio, para a migração e também para a convivência com o país vizinho, que é a Bolívia.

Portanto, Porto Velho também é fronteira e precisa assumir esse papel estratégico quando discutimos políticas culturais. Mas é em Guajará-Mirim, a cidade-irmã de Guayaramerín, que a fronteira se torna palpável em cada esquina, gente. É ali que o português e o espanhol se encontram. É ali que as festas religiosas se cruzam, que o mercado, a música, a gastronomia e tudo isso revela que a gente tem um encontro cultural maravilhoso.

No entanto, o Festival Folclórico Duelo na Fronteira, também que acontece ali, seja o Festival Internacional de Teatro que acontece também lá em Guajará-Mirim, tudo isso revela que a gente tem uma expressão viva desse encontro que a gente tem na fronteira, um patrimônio que extrapola as margens do Guaporé. Perdão, do Mamoré e ecoa em todo esse Estado que a gente está aqui.

A fronteira não deve ser vista como periferia do Brasil. A fronteira não é onde o país acaba, é onde ele começa. Ao contrário, a fronteira deve ser entendida como um centro de integração cultural continental. Quando a gente fala de fronteiras culturais, estamos reconhecendo que arte, música, teatro, folclore, a literatura e até a gastronomia se tornam pontes entre povos. Essa perspectiva já é reconhecida internacionalmente.

Desde 2010, o movimento internacional Fronteiras Culturais vem reforçando essa posição, que fronteira não é muro, fronteira é ponte. E a fronteira não é linha de separação, é uma linha de convivência, território de convivência, de simbolismo, de geração de trabalho e renda, de participação cidadã binacional. E Rondônia tem todas as condições de participar ativamente nesse debate. Vejam, quando nós investimos em cultura na fronteira, não estamos apenas apoiando alguns eventos. Nós estamos fortalecendo a soberania cultural do Brasil. Estamos garantindo que nossas identidades não sejam apagadas, seja pelo esquecimento, seja pela indiferença.

A cultura da fronteira protege línguas, rituais indígenas, memórias afrodescendentes, tradições ribeirinhas e ao mesmo tempo cria espaços de inovação, de novos mercados, de turismo cultural e de integração econômica. É fundamental que Rondônia crie políticas públicas específicas para territórios de fronteira.

Precisamos de editais que valorizem a integração cultural com países vizinhos, de ações de formação que fortaleçam artistas e mestres populares que vivem nesse diálogo diário, de reconhecimento institucional para festivais e movimentos que já praticam a integração na prática, como o Duelo na Fronteira ou o Festinaçu, que eu

já citei antes. E tantos outros projetos que brotam dessa mente da nossa gente que produz na fronteira.

Também é urgente que reconheçamos que Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, não estão isoladas. Elas fazem parte de um corredor cultural que conecta o Brasil à Bolívia, e também à Amazônia, e também à toda a América do Sul. O futuro da nossa cultura passa por olhar para essa condição, não como um desafio, mas sim como uma grande oportunidade.

Senhoras e senhores, Rondônia é um Estado de fronteiras, sejam elas geográficas, culturais ou simbólicas. Cabe a nós transformar essa condição em potência. Que esta Audiência também seja o espaço para reafirmarmos que a cultura de fronteira não pode ser esquecida, mas sim, que deve ser valorizada como elemento estratégico do desenvolvimento cultural e social aqui desse nosso Estado.

É garantir que Rondônia seja reconhecida não como periferia, mas também como um centro de integração continental, um lugar onde o Brasil se encontra com a Bolívia, com a Amazônia, se encontra com o mundo. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Paulo Santos.

Chamo agora o Franklin Bruno, que vai fazer uma apresentação sobre gestões municipais de cultura e o relacionamento com o Estado.

O SR. FRANKLIN BRUNO GUBERT QUERES - Boa tarde a todos. Em nome da Deputada Cláudia, cumprimento toda a Mesa; em nome da Presidente do Conselho, do Paulo, da Silvia, cumprimento os gestores e os artistas que estão aqui presentes hoje.

É com muito orgulho em dizer que nós também temos gestões no nosso município que têm avançado no nosso Estado. Hoje, eu gostaria de parabenizar, inclusive, a gestão dos Municípios de Ji-Paraná e Vilhena, nas quais, em Rolim de Moura, nos inspiramos para poder construir o trabalho dentro do Município de Rolim de Moura.

E dizer para vocês que nós começamos o trabalho ouvindo a classe cultural, eu acho que é isso que os gestores têm que trabalhar. Como você constrói políticas públicas enquanto gestor se você não dá voz a essas pessoas? E esse trabalho, hoje, em Rolim de Moura tem sido referência e está avançando devido a essas escutas.

Começamos o trabalho em 2021, enquanto Diretor de Cultura. Nós precisávamos entender o que estava acontecendo na cultura de Rolim de Moura. E acredito que na maioria dos municípios, ainda, do nosso Estado, infelizmente ou felizmente, nós temos uma cultura de que as gestões utilizam os trabalhos escolares como se fosse cultura - que não deixa de ser, claro -, mas nós temos os nossos artistas que estão ali. Nós temos a Secretaria de Educação para cuidar dessa cultura, desses projetos dentro das escolas.

Mas, onde estão os nossos artistas? Os nossos produtores culturais? E nós fomos buscar e trazê-los para o diálogo e ouvi-los. E diante disso, nossa gestão construiu e ativou o Conselho Municipal de Cultura, que nos ajudou a construir as políticas públicas. Mas graças a isso, também

ao nosso Prefeito Aldo Júlio, do município, que nos deu a total autonomia para que pudéssemos trabalhar.

E hoje posso, com muito orgulho, dizer que Rolim de Moura, recentemente, teve o concurso público. Temos dentro do concurso cargos exclusivos da cultura para trabalhar dentro da Secretaria. Nós temos técnico de projetos culturais, entre outros cargos que vão ser exclusivos dessa Fundação de Cultura, que foi criada no ano de 2023. E digo mais, a nomeação hoje quem faz, da Fundação de Cultura e Juventude, em Rolim de Moura, é o Conselho Municipal de Cultura.

E digo mais, não é qualquer pessoa que pode ser nomeada hoje para trabalhar à frente dessa fundação. Essa pessoa precisa ter um portfólio cultural comprovado de que ele atua na área cultural, para que de fato entenda quem são esses produtores culturais.

Digo isso porque diante de 15 anos trabalhando no movimento cultural, no movimento de fanfarras, em que a gente chegava para procurar os nossos representantes, e muitas vezes a gente era tachado como desocupados, baderneiros, onde nós sempre pedimos respeito. É muito difícil.

Foi muito difícil essa trajetória, chegar até a Câmara de Vereadores, até a Câmara de Deputados e aos nossos deputados federais para dialogar sobre a cultura. Mas nesse meio do caminho a gente acha pessoas parceiras, no qual a gente reconhece o trabalho da Deputada Cláudia e, claro, cada um tem o seu relacionamento com algum parlamentar.

E a gente pede para que vocês peçam que os parlamentares ajudem a trabalhar aqui dentro. A Deputada Cláudia, eu tenho certeza que tem interesse em querer nos

ajudar. Mas, nós precisamos unir força e nós precisamos dessa união.

Então, nós deixamos hoje aqui o Município de Rolim de Moura à disposição para poder contribuir com outros municípios, assim como Ji-Paraná e Vilhena nos ajudaram nessa construção. A gente se coloca à disposição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Franklin.

Nós encerramos aqui as apresentações. E a gente vai abrir para a plenária. Tinham algumas pessoas que já tinham feito as inscrições com o Cerimonial quando chegou. A gente tinha combinado aqui de abrir 10 inscrições e tinham 7 pessoas que já tinham feito a inscrição.

Eu queria pedir à equipe do Cerimonial que fosse ali no plenário com o microfone. Eu quero saber se Denise Mendonça está aqui? Não está. Está? A Denise está. Continua a fala? Não? Luma Queiroz Pini está aqui? Quer a fala? Railander Brito? A fala também? Bruno Gubert? Já falou? Altair Santos, está aqui? Não. Rita, Professora Rita Queiroz? Fazer uso da fala? Aqui tinha pedido fala? Não. O Professor Marco Teixeira? O senhor quer falar também? Tá.

Pessoal, nós temos, então, uma, duas, três, quatro pessoas inscritas aqui. Então nós temos mais, podemos abrir mais seis inscrições. Por favor, a moça que está aí em cima, passe o nome para ela. Ela está aí. Quem desejar se inscrever para o uso da fala, eu gostaria que as falas fossem propositivas, no intuito de encaminhamento, para que a gente passe aqui para a Mesa, e prosseguir para o final da audiência, certo?

Eu vou então começar aqui pelas falas. Tem alguém já inscrito aí, pessoal? Por favor. Tem cinco? Então, eu vou uma aqui e outra aí. Quando terminar aqui a gente já passa para aí. Então, eu vou passar para Luma Queiroz.

A SRA. LUMA QUEIROZ - Aqui? estão me ouvindo? Oi, boa tarde, gente. Eu vou falar bem rápido porque eu acho que...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Dois minutos, tá?

A SRA. LUMA QUEIROZ (Presidente) - Tá legal. É tipo assim, eu sou servidora pública há 37 anos, já. E acho que, antes de tudo, como servidora, a primeira coisa que a gente tem que fazer é pedir perdão, pedir desculpa realmente para a sociedade, porque de um modo geral o serviço público é muito ineficaz, não só na área da cultura, mas na saúde, na educação.

Outra coisa que eu vejo é que existe uma certa, como se fosse uma gratidão por parte da população, por estar aqui, ou pelo prefeito dar a oportunidade de trabalhar, ou pelo gestor. Tudo isso é obrigação, entende? Tudo isso é o trabalho da gente, é o trabalho de quem está no serviço público.

Eu fico preocupada em como a deputada vai conseguir apoio, porque uma andorinha só não faz verão e a gente sabe disso. Então, é muito legal ter uma mulher à frente disso, está batalhando, mas vai precisar de muita ajuda. E isso tudo, porque falar de arte para artista é muito tranquilo. Todo mundo aqui sabe a importância da arte, não tem nem o

que dizer. Todo mundo é trabalhador, batalhador de anos. Então, ressoa no coração.

Além de serem pessoas mega sensíveis, são artistas, não são pessoas comuns, não. Vieram com dom, com habilidade. Então, assim, falar para eles é normal. O legal é como a gente vai falar isso para a sociedade, a sociedade que não é artista. E como a deputada vai conseguir encaminhar isso com um grupo de trabalho, um GT, talvez, para tentar fazer um Projeto de lei; para depois isso entrar em consulta pública e a gente conseguir receber manifestação do público realmente, por três meses e tal, para colaborar nos artigos que forem propostos.

Então, assim, eu como servidora, eu acredito muito, muito no sistema de gestão da qualidade. É nisso que eu acredito. Eu acho que tratar com o problema, mapeação, mapear todos os problemas, encontrar todos os problemas; a partir daí, trabalhar com ferramentas de gestão de risco e conseguir fazer as correções devidas, a previsão do recurso.

hoje, a gente tem essas leis, que na verdade a gente chama de programas, mas elas são projetos, porque programa é aquilo que não deixa de existir. E projeto é aquilo que vai existir por um tempo e vai desaparecer. Deram o nome de programa, vamos lá, o PSF. O PSF foi um projeto um dia, foi um Pax. E hoje ele é um programa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Concluir.

A SRA. LUMA QUEIROZ - Tá, aí eu vou concluir só com um detalhe. Eu também sou filha da artista plástica Rita Queiroz, que trabalha há 50 anos aqui em Rondônia. E ela é

a prova viva de que a gente não pode desistir. Ela acabou de sair do hospital, tem sete dias e ela está aqui.

Então, assim, ela merece que em algum momento a convidem, a convidem para uma reunião, para se fazer um projeto sobre como será conduzido o trabalho que está no Museu da Memória de Rondônia, de que forma aquilo vai ser conduzido, uma doação que ela fez há nove anos para o governo, doação, doação de tudo.

Então, está mais do que na hora de Rondônia ter a Casa Rita Queiroz. Assim como existem tantas Casas em outros Estados, a gente também tem que ter consciência daqueles pioneiros que construíram isso aqui e que tem que ter um local para que os turistas, uma memória ancestral, a população jovem, as universidades, as escolas, tenham onde conhecer essa história. E que desde os anos 1980 está na rua, lutando contra políticos, contra governo, seja contra quem for, mas pela arte, puramente pela arte. Não por grana, não por dinheiro, mas por amor à arte.

Então, é isso que eu queria deixar de mensagem para vocês. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Luma, pela contribuição. E as falas, todas são registradas, além de ter a Ata, também. Então a sua fala também, você trouxe uma proposição, que depois a gente vai estar fazendo os encaminhamentos sobre isso. Tudo que vocês estão trazendo para a gente, vai ser feito os encaminhamentos.

E nós temos também a Comissão de Cultura, que é junto com a Comissão de Educação, nós vamos passar por lá, vai ser feito o Requerimento e a gente vai estar, assim, levando a todos os deputados.

A gente tem aqui o nosso mandato, nós promovemos constantemente Audiências Públicas para discutir vários temas da sociedade. E as Audiências Públicas são, sim, um grande canal, uma grande alternativa da gente conseguir sanar alguns problemas.

Não é todo mundo que tem o hábito e que queira participar, mas do nosso mandato, muitas resoluções que nós conseguimos, coletivas, foram através das Audiências Públicas. Eu acredito muito nessa força popular e acredito que é só assim que eu consigo ter força, com vocês junto aqui. Trazendo o governo também para ver a problemática, porque nós estamos fazendo tudo isso com muita responsabilidade. Aqui está todo mundo conduzindo todo esse processo de uma forma muito séria.

Então, para dar continuidade, a gente abre uma inscrição aí em cima para ir intermediando. Cadê a nossa equipe? Fala o nome da senhora, dois minutinhos, tá?

A SRA. HILDA AZEVEDO - Boa tarde, quero cumprimentar à Mesa, em nome da Deputada Cláudia Jesus, e quero, em nome da Rita Queiroz, cumprimentar o plenário, as pessoas que saíram das suas casas hoje, deixaram seus afazeres para estar aqui debatendo políticas públicas e culturais na área da cultura.

Eu quero dizer que eu fui conselheira da cultura no governo do Confúcio Moura, no primeiro mandato dele. Essas leis todas que estão aí hoje, todas modificadas, foram elaboradas pelo nosso Conselho. Esse 0,05% não foi isso que nós decidimos lá. Era 0,5%, ou seja, meio por cento.

E, quando chegou nesta Casa, imediatamente um assessor do Governador veio aqui e fizeram isso que está aí: 0,05%,

que não significa muita coisa para todo o Estado de Rondônia, para todas as políticas culturais que nós temos voltadas à cultura nesse Estado.

E quero dizer também que eu sou artesã. Eu estava no Conselho representando o artesanato. Foi uma briga árdua e nunca... era só promessa, como eu estou vendo aqui hoje. Só promessa. Só foi promessa o tempo todo.

Escolher um espaço que colocasse todos os Conselhos dentro de um espaço para que a população pudesse chegar lá, conversar com os conselheiros, participar das discussões, das reuniões – como eu cheguei ontem em uma, ali no Palácio, que eu soube em cima da hora que iria ter aquela reunião do Conselho.

Quer dizer, a população fica sem saber do que se passa em torno disso tudo. Olha aqui essa quantidade de gente que tem aqui. Quando foi feita a divulgação? Onde está a ampla divulgação para a população participar. Isso não existe. Isso não existe. Parece que o governo tem medo do povo. Essa é a impressão que eu tenho – e que todos nós, que já trabalhamos nos Conselhos aqui, temos essa impressão: tem medo da população.

Nós pedimos, várias vezes, não só a casa que abrigasse todos os Conselhos, mas o centro de produção e comercialização do artesanato. Todo o Estado tem a sua casa de produção e comercialização – menos o Estado de Rondônia.

Nós pedimos também que, na época da reforma da usina – ali da Estrada de Ferro – aquelas 2 casinhas lá da ENARO (Estrutura Nacional de Referência ao Artesanato) fossem reformadas pela Santo Antônio Energia, para colocar o artesanato lá dentro. E hoje o artesanato está onde? No lugar incerto e não sabido. Só falta colocar uma placa:

"Aqui jaz o artesanato de Rondônia". Porque ninguém sabe onde está.

Ultimamente, o ponto de cultura da Feira do Sol. Falar em ponto de cultura, eu quero deixar claro aqui que se tome muito cuidado com esse negócio de "ponto de cultura", porque nós temos muitos pontos de cultura aqui que estão desativados.

E que agora vai vir a sexta teia, que vai vir dinheiro, vai aparecer todo mundo. E muitas delas vão na Receita Federal, para vocês verem como é que está lá o parangolé. E tem que tomar muito cuidado com isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Conclua.

A SRA. HILDA AZEVEDO - Nós pedimos também, muitas vezes, ao Governador, ao Secretário da Sejucel que colocasse um contador para ajudar o pessoal da cultura a fazer sua prestação de conta. Hoje tem muita gente enrolada com o Tribunal de Contas, muita gente respondendo processo na Justiça - inclusive na Polícia Federal - porque não soube fazer sua prestação de conta. Não porque desviou, porque não soube fazer. Isso é muito sério, gente. Isso é muito sério.

Então, eu quero deixar aqui esse meu pedido: seja feito a Casa do Artesanato de Produção e Comercialização, que esteja em um lugar permanente, para que o povo possa participar de todas essas discussões, dentro de todos os Conselhos - não só o da Cultura.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Conclua, por gentileza.

A SRA. HILDA AZEVEDO - Eu acabei de ser eleita no Conselho da Cidade - vou deixar claro aqui: o Conselho da Cidade perpassa por todos os conselhos. Todos. Todos os Conselhos.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada.

Agora nós vamos ouvir aqui a Professora Rita Queiroz. Dois minutos.

A SRA. RITA QUEIROZ RIBEIRO - Gente, eu estou muito feliz de estar aqui - em uma cadeira de rodas, mas feliz de ver. Eu estava em uma cama, mas quando falou, eu disse: "Marcos, me leva, nem que seja carregada, porque eu quero saber se tem alguma coisa nova, uma nova aqui dentro de Porto Velho."

Olha, em primeiro lugar, eu sou uma beradeira. Tenho 88 anos. São 50 anos de trabalho aqui dentro - social, social por minha conta, em todos os segmentos culturais. Posso dizer que conheço as pessoas e os sentimentos de cada um.

Agora, tudo que eu fiz, foi em relação de nós termos a nossa identidade cultural, que está se perdendo. Porque o povo sem identidade cultural, meu filho, não é nada! Não é nada.

Isso não quer dizer que nós não podemos ser iguais. Somos iguais, sim, mas com pensamento diferente. Quando eles terem pensamentos diferentes. E podemos viver todo mundo junto, mas cada qual, justamente com sua maneira de viver e não perder sua identidade.

Por isso é que tudo está lá – mais de 100 obras – no Museu do Rondônia. Como é? O Museu da Memória de Rondônia que não é ainda, não é? Mas que está lá, mais de 100 obras minhas.

Quem quiser ir ver a minha história, é só ir lá. Porque tem mil jornais, não só daqui, como do Brasil todo. Toda a minha história, 90% foi briga, mas não por mim e sim, justamente, pela nossa identidade cultural. E estou muito feliz, porque estou vendo aqui que ainda as pessoas, realmente, estão lutando por aquilo que amam, que gostam, que tem e que é sua identidade.

E eu agradeço aqui também, porque quando eu doei isso aqui, eles fizeram uma lei, a qual foi feita aqui pela Assembleia e assinada pelo governo.

Então, o meu trabalho está lá. São 1.500 fotos de tudo o que aconteceu, 1.500 jornais, mais de 100 peças, tudo dentro de um passado, para que a nova geração conheça o que foi nossa vida, a nossa história, entendeu? É isso que eu quero, mais nada. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Parabéns, professora Rita, por estar aqui com a gente. Obrigado pela presença. Parabéns por essa história bonita de vida. E estava aqui, inclusive, perguntando para o Secretário sobre esse material todo.

Depois o Secretário vai falar, está num outro setor da Secretaria de Educação e nós vamos acompanhar para que tudo isso seja muito bem cuidado, para que tudo isso, de fato, sirva para preservar essa questão artística, cultural e histórica. Mas, obrigada pela participação da senhora.

Agora vamos com uma fala ao em cima, Flaw Naji. É isso mesmo?

O SR. FLAW NAJI - Boa tarde a todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O Flaw está aqui? Espera só um pouquinho então. Só um pouquinho, Flaw, que nós vamos fazer uma fala lá em cima.

Qual o nome do senhor?

O SR. PAULINHO RODRIGUES - Eu sou Paulinho Rodrigues.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Espera, Paulinho, deixa eu só achar você aqui.

O SR. PAULINHO RODRIGUES - Eu acho que não estou aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está aqui. Paulinho Rodrigues. Está aqui, pode falar dois minutinhos.

O SR. PAULINHO RODRIGUES - Boa tarde, saúdo a Deputada Cláudia, na pessoa de quem eu saúdo os demais compositores que estão na Mesa, porque creio que todos que estão aqui são fazedores e agentes culturais, creio que 100% são.

Eu sou Paulinho Rodrigues, Mestre da Cultura Popular do Estado de Rondônia, homologado pelo Ministério da Cultura, artista plástico, multi-instrumentista, artesão, luthier, compositor, arranjador e nas horas precisas sou advogado, porque senão não manteria a cultura. Eu sou advogado raiz e exerço a minha função. Fui o primeiro a ser premiado no exterior, no ano de 1968, durante o concurso MA 68 em Turim, Itália, e ganhei também o Pirelli Pintura Jovem, para destacar entre tantos outros.

Eu queria dizer que todos os assuntos, todos os temas, todos os vieses apresentados aqui são válidos. Eu concordo com todos e comungo deste grito. E digo mais, o problema esbarra no orçamento, que já foi dito e eu não quero ser repetitivo. Mas, como compositor, quero citar uma experiência pessoal. Tenho ido em locais públicos e hoje aqui eu quero louvar quem editou, quem fez a edição musical com o grupo Minhas Raízes. Quero dizer que é a primeira vez em um local público que eu ouvi a arte musical rondoniense. Primeira vez. Cantada pelo Grupo Raízes.

Robson e eu, se não me engano, quando eu era diretor da Casa de Cultura Ivan Marrocos, fomos o primeiro a patrocinar um recreio, que é o Barco do Rio, dificilmente se diz isso, mas como Mestre da Cultura eu preciso manter isso vivo. O Barco Recreio para trazer o grupo Minhas Raízes, e aquela vez vieram os moradores, o papagaio, a galinha, todo mundo neste viés, neste momento. Então, quando fui lá realizar quatro oficinas de dança com o projeto da Aldir Blanc, eu senti o que é o custo amazônico.

Então, é preciso pensar bem nisso: em custo amazônico. Nós não estamos na beira do asfalto. Eu ficaria falando aqui duas horas sobre assuntos do nosso interesse, mas vou terminar. Vou terminar dizendo o porquê desta minha fala sobre música.

Eu estive na Madeira-Mamoré outro dia e lá tocava-se, nada contra esse tipo de música, mas tocava-se lá música "sertanojo" e "breganojo". E perguntei quem faz essa edição? Não apareceu. Sim, cultura de outros lugares. Mas, você não vai em Porto Alegre e lá vai ouvir música que não é de lá. Pelo menos a minha proposta é que, e é o encaminhamento, deputada, que se toque nas rádios, nos locais públicos, pelo menos 50% de música dos compositores locais. Nós temos compositores maravilhosos.

E aqui também, como Mestre da Cultura, quero render minhas homenagens ao Bainha, que está por aí, e à minha querida Rita Queiroz. Muito obrigado, boa tarde, sejam felizes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Paulinho. E parabéns pela proposição, vai estar registrada aqui em Ata. E vamos apresentar essa proposição. Quem sabe a gente consegue, já é uma sugestão a um Projeto de Lei. Quero pedir desculpa, porque o tempo passa e a gente tem que estar avisando sobre as falas para que outros possam participar.

Quero agradecer a presença do Ferreirinha, que é o Presidente da Funcultural. Seja muito bem-vindo aqui conosco, aqui da nossa capital. Agora, passar para o Flaw, dois minutinhos.

O SR. FLAW NAJI - Boa tarde a todos. Meu nome é Flaw Naji, sou jornalista, sou técnico em eventos, guia e condutores e monitores de turismo. Eu peço aqui a salva de palmas para a Deputada Cláudia de Jesus por incentivar a nossa cultura. Eu represento uma classe que são os guias, condutores, monitores de técnicas em eventos. Infelizmente, nós esbarramos aqui em Rondônia, Porto Velho, na infraestrutura para atender todo esse povo da cultura, todos os nossos artistas.

Foi promessa do governo o complexo cultural, que até hoje não saiu. E nós precisamos de um espaço para promover a nossa cultura. Nós temos aí os grandes visitantes de outros países que procuram a nossa arte e não tem um espaço para o nosso artesão. Vejo ali na Estrada de Ferro aquele anfiteatro ali, céu aberto, parado. A nossa cultura precisa de pessoas indagadas, pessoas de pulso para que a nossa cultura ande.

Eu estou cansado de ver ali, no Cai n'Água, pessoas que vão nos visitar e arriscado cair e o candiru comer. É inaceitável. Pode-se fazer cultura, pode fazer canto, dança, tudo, mas cadê a infraestrutura? Vamos estudar através dos nossos projetos, porque não adianta. Nós temos lá o cidadão que falou de Guajará-Mirim, o Duelo na Fronteira, atrai visitante, atrai o turista, mas não tem a infraestrutura para atendê-los.

Essa é a minha indagação, esse é o meu pedido para que a Sejucel, o Governo do Estado de Rondônia, promova essa infraestrutura e acabe com essa "nortiedade", acabe com as coisas sendo feitas sempre "nas coxas". Porque quando tem Flor do Maracujá, a pessoa vem lá, vai limpinha e volta suja. Porque a madeira suja, a poeira também fica, assim, a céu aberto.

Então, vamos pensar muito na infraestrutura, e só não apenas no Fundo que está aí. Mas, o visitante que vem fazer o turismo aqui, ele vê uma barbaridade que jamais as pessoas que não trabalham na área veem. Então, eu peço isso do governo, da Sejucel e da Deputada Cláudia Jesus e os demais deputados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Flaw.

Agora eu vou passar aqui a palavra para o Mateus Ribeiro, que é da Cultura do Deficiente Auditivo. Ele está aqui com a gente, o Mateus.

O SR. MATEUS RIBEIRO MENDES - Boa tarde a todos vocês. Tudo bem? Eu sou surdo, sou um artista, meu nome é Mateus. Então, prazer em conhecer. Pela primeira vez estou aqui e achei muito interessante o tema quando fala de questão cultural. Prazer, vocês da Mesa.

Então, eu como artista surdo já tenho um trabalho de dança artística toda sinalizada. E eu tenho tentado superar todo esse tempo. E eu sou o único surdo nessa área, neste momento, aqui em Porto Velho. E eu estou observando, imaginando, vendo as pessoas na questão da inclusão da pessoa com deficiência à arte e à cultura.

Então, esses dois, é possível, gente, é possível unir isso, a pessoa com deficiência e a cultura e a arte. O ouvinte está lá, ele está recebendo, ele está conseguindo ganhar um dinheiro, ele está conseguindo crescer na arte; muitas vezes ele aproveita até disso, e tem acesso a vários lugares, tem acesso a danças, a palcos, aqui na área de Porto Velho. Eu estou começando as minhas apresentações

aqui, mas qual é a minha questão que eu estou trazendo hoje para vocês?

Não é fácil, não é fácil. Antes eu fazia, eu me sentia só nesse momento de ser um artista surdo, de estar ali expondo o meu trabalho, por exemplo. Existe um grupo de surdos, de deficientes, que muitas vezes não veem, não entendem, não sabem que existe esse contexto cultural. E existe um outro grupo que já tem a mente mais aberta e que consegue compreender, essa compreensão do que está acontecendo nesse mundo cultural.

E eu vejo alguns Estados desenvolvendo, crescendo nessa área. E aqui no Estado de Rondônia, desculpa, infelizmente, eu não vejo. Então, assim, eu não percebo isso aqui. Infelizmente, olha eu aqui, estou como se ninguém me avisou. Ninguém me disse nada, minha mãe, alguém, ninguém me disse nada. E eu sou uma pessoa surda, eu estou aqui, eu quero dizer que eu sou um artista, que eu quero aproveitar, eu quero também estar no meio cultural e artístico, eu preciso saber, eu não posso ficar além, aquém, daquilo que está acontecendo na cultura de Porto Velho.

Então, por exemplo, os incentivos financeiros, que a gente sabe que têm. A cultura surda, muitas vezes, perde, ela não tem, ela não consegue acessar esses meios. Então, a gente também precisa. Eu, muitas vezes, sempre, aliás, sempre eu gasto do meu bolso, eu dou do meu dinheiro, que não é fácil.

Então, eu percebo, gente, e aí continua o sofrimento, essas barreiras, essas dificuldades na nossa área de artista, como sendo um artista surdo. Bom, Porto Velho, minha mãe perguntou: "Meu filho, como você está fazendo essas artes? Como você está se apresentando? Você tem gasto

com figurino e tudo mais, comida, como que é isso?" E eu falo: "Não, mãe, eu faço voluntário, eu vou lá e faço, porque eu amo, é algo que eu vivo, eu vivo a arte.". E eu explico aquilo para ela. Ela entende um pouquinho, eu percebo. Mas assim, o que falta é informação.

Então eu peço, eu quero pedir que a gente não fique invisibilizado, mas que a gente seja visto como uma pessoa surda e um artista surdo. Isso que eu quero ver, isso que eu gostaria. É isso que eu estou aproveitando aqui.

Por exemplo, eu respeito tanto aquele que está ganhando como aquele que não, na questão cultural, que eu percebo, mas eu quero novamente dizer: nós não podemos ficar perdendo, nós não somos aquém. Nós somos artista como qualquer outro. Nosso show é todo acessível. Nós somos artistas, nós não somos bobos. **(Discurso em Libras, traduzido por Cleidiane da Penha Segura de Melo)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Parabéns, obrigado, Mateus, pela contribuição.

Nessa fala do Mateus, a gente vê a necessidade da inclusão dos artistas que também querem participar desse processo e fica aqui também, já como um encaminhamento. Nós precisamos pensar nas pessoas que têm deficiências e que também vivem da cultura, da arte. Gratidão por estar aqui conosco.

Agora nós vamos ouvir o Emanuel. O Emanuel está por aqui?

O SR. EMANUEL ANDRADE BANCK - Emanuel Andrade Banck, no caso, Emanuel Banck, setorial do audiovisual de Rolim de

Moura. Mas hoje, eu gostaria de tratar não como minha cidade de Rolim de Moura, gostaria de tratar como a Zona da Mata. Em Rondônia nós temos a Zona da Mata, não sei se vocês conhecem. É um lugar bem isoladinho e eu gostaria de fazer, nessa minha fala, dois pedidos: o primeiro, encaminhado ao Estado, é a falta da presença da Sejucel junto com o Estado, em atividades culturais na Zona da Mata.

Vejo aqui com vocês como vocês já passam uma dificuldade em Porto Velho, a capital. Imagina na Zona da Mata! Eu ouvi falar sobre fazer um curta-metragem com R\$ 25 mil. Lá teve de R\$ 3 mil para baixo. E olha lá. Imagina isso na capital da Zona da Mata, que é Rolim de Moura. Imagina nos lugares menores.

Entende? Então, eu gostaria de tratar com vocês sobre essa falta de presença, a falta de capacitação, a falta de descentralização da cultura, que é o principal ponto da Aldir Blanc. Então, eu gostaria de perguntar para vocês, não perguntar porque vocês não vão responder, mas levantar essa dúvida, essa questão da ausência da descentralização da cultura em nosso Estado, que é precária.

Nós temos vários produtores, eu não sei se é o termo ainda, fazedor de cultura, nós temos vários fazedores de cultura na Zona da Mata, inclusive empresas especializadas em acessibilidade, empresas especializadas no audiovisual, no teatro, dentre outras coisas que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado.

A descentralização não é fornecer para aquele que pouco tem. É trazer para toda a região, todo o complexo do Estado, desenvolver a cultura em todos os lados. É isso que é a descentralização. Não é você dar um pouquinho para o

outro, é você ter em todos os lugares, ter presença em todos os lugares.

Então, eu suplico a todos vocês do Estado que tenham seus olhos atentos, vejam a Zona da Mata, que é muito importante, a necessidade de capacitação dessas pessoas em todas as setoriais.

E além disso, eu gostaria de fazer uma certa crítica na situação atual do Estado em divulgação. A divulgação do Estado na área da cultura é péssima. É péssima. Eu nunca vi um Estado fazer publicações, na verdade já vi em vários, não é? No Brasil tem esse problema, mas o nosso Estado, ao invés de convocar, pagar, chamar os próprios artistas locais, que são artistas incríveis.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Concluir.

O SR. EMANUEL ANDRADE BANCK - Eles têm trabalhos incríveis, elaboram imagens com IA (Inteligência Artificial) para fazer suas divulgações. Eu acho isso uma maluquice. Nós temos um Estado tão rico em Cultura, e o próprio Estado não dá valor a isso.

Então, eu gostaria que vocês percebessem isso: o Estado, em geral – todos os órgãos –, como é importante a cultura, porque quem faz Cultura é o povo. E o que é mais rico para o Estado é o povo, porque ele que produz a soberania de seu Estado.

Parafraseando um filme de Glauber Rocha, Deus e o Diabo na Terra do Sol: “Mais forte são os poderes do povo.” E eu quero que isso fique bem claro, porque o povo é o que

produz, e é o que cria e é o que transforma esse Estado o que ele é hoje.

Só isso. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Emanuel, pela sua contribuição. E o seu encaminhamento vai ficar registrado aqui, e nós vamos estar trabalhando.

Eu quero agradecer também a presença da Évellyn Medrado, que é Presidente da Fundação Cultural do Município de Vilhena. Seja muito bem-vinda, obrigada pela presença.

Agora, eu passo a palavra para o professor Marco Teixeira, professor da UNIR, historiador e escritor. Dois minutos.

O SR. MARCO ANTONIO DOMINGUES TEIXEIRA - Boa tarde, deputada. Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Meu nome é Marco Teixeira, sou professor da Universidade Federal de Rondônia desde 1983 e professor do território desde 1974. Então, eu tenho 51 anos de trabalho aqui dentro de Rondônia. Trabalhei esse tempo todo também com arte em diversos aspectos: carnavalesco, figurinista, jogador de quadrilha e boi-bumbá, artista plástico - junto com a Rita. Então, trabalhamos com muita coisa.

E eu vejo uma coisa o tempo todo, ao longo desses 51 anos de vida pública aqui no meio: por que nós não temos o setor artístico e cultural consolidado? Porque, gente, cultura forma povo - não forma população. E, quando você tem povo, você tem oposição ao poder.

Então, nós temos sempre uma oposição muito fraca. Nós temos sempre uma população que diz “amém” a tudo que acontece, e não observamos que isso daí é o que vem nos impedindo de nos transformarmos em uma coisa bem maior: sermos o povo de Rondônia, e não a população de Rondônia, como foi dito muitas vezes.

Cultura e arte formam consciência. Então, é necessário que a gente tenha essas ideias para a gente.

Eu acho que, em primeiro lugar, precisamos ter um setor cultural estruturado. E não é culpa desse governo atual que ele não esteja estruturado. Esse governo é o do momento – por isso é que ele está ouvindo. Mas, desde que nós fomos criados como Território até agora, o que se pensou em fazer em matéria de arte e de cultura para cá?

Então, precisa haver um setor estruturado. Precisa haver dentro das cidades, áreas dedicadas à cultura. Dentro das cidades, haver cidades da cultura, que abranjam diversos elementos. Precisa haver centros gastronômicos. E, se a gente não dá conta de cuidar do que está na nossa Constituição, nós vamos dar conta de cuidar do quê?

Vamos lembrar que nós temos dois elementos culturais na Constituição do Estado de Rondônia: Patrimônio do Forte Príncipe da Beira, e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que são tombados pela Constituição. Olhem o estado dos dois. E, por aí, a gente fala do resto da cultura.

Se nós olharmos esses dois monumentos, nós sabemos o que é o resto da cultura do Estado de Rondônia e como ela vem sendo administrada esse tempo inteiro – não pela falta de recurso, mas pelo desinteresse em que o povo tenha acesso ao bem cultural de qualidade.

Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, professor Marco.

Nós temos ainda três falas, já para passar para a Mesa, tá, pessoal? Temos aqui o José Railander Brito de Castro. Ah, sim, dois minutinhos.

O SR. JOSÉ RAILANDER BRITO DE CASTRO - Saúdo a todos, em nome da deputada. Meu nome é José Railander Brito, sou nascido aqui em Porto Velho, criado aqui, e aprendi muitas coisas pelo mundo.

Eu trouxe um texto produzido, mas o tempo é muito pouco. E eu gostaria de parabenizar todos que se pronunciaram. Acho que a fala de todos, é também a minha fala. É também a minha dor.

Eu represento a capoeira. Hoje estamos com quase, 3 horas de espera para poder falar, e em nenhum momento eu ouvi falar da capoeira aqui. Um patrimônio tombado, um patrimônio tombado também pelo Estado.

E, depois da pandemia, a capoeira foi perdendo cada vez mais espaço. Muitos mestres, assim como muitos fazedores de cultura, tiveram que procurar outra coisa para fazer para sobreviver. Assim como eu também procurei, procurei me adaptar. Enquanto outros desistiram da capoeira e foram virar marceneiros, pedreiros, encanadores - e tudo mais.

As leis vieram, e elas estão aí de fato. Mas elas não são cumpridas.

Eu acho que mais do que criar novas leis, é fazer com que se cumpra o que já temos. Temos a Lei Pelé - muito

antiga já – que diz que a capoeira deveria ser ensinada em todas as escolas públicas. Mas, não acontece.

Nós temos a Lei Nacional de Diretrizes Básicas da Educação, que diz que a capoeira tem que ser ensinada nas escolas. Mas, isso não acontece.

Então, a gente vai perdendo força, vai desistindo, vai desacreditando... e vai se acabando. É triste. Me emociona. Porque eu sou filho de uma empregada doméstica e de um pedreiro. Tive todos os problemas sociais possíveis, desde meu pai que batia na minha mãe, a gente foi morar na rua, minha mãe me expulsou de casa porque fui protegê-la contra o meu padrasto que bateu nela. E a capoeira me salvou. A capoeira me levou para diversos lugares. A capoeira me levou para fora do país.

Me lembro como se fosse agora, eu de frente para o mar, em um evento no Equador, onde eu passei 15 dias e fui mais bem tratado do que no meu próprio país. Tive vários desejos de voltar e permanecer morando lá. Porque lá, em poucos dias, eu ganhei o dinheiro que eu passo dois meses para ganhar aqui. Dando aula de capoeira, palestrando sobre capoeira.

Conheço vários Estados do Brasil. Recentemente, esse ano, fui reconhecido como Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade Febraica, na área da capoeira. Este ano me formo educador físico, mas tudo isso que eu tenho foi a capoeira que me deu. Hoje, eu tenho uma rede de trabalho com mais de 500 participantes. A gente tem um trabalho com idosos em Vilhena, onde nós temos um trabalho em Presidente Médici, Ji-Paraná, Nova Mamoré, Porto Velho eu tenho algumas filiais.

Tenho vários amigos meus que não sei se ainda estão presentes pela demora, convoquei alguns mestres,

professores para estarem aqui, mas estão dando aula. Assim como disse um amigo agora há pouco, quantos fazedores de cultura não queriam estar aqui, mas precisam trabalhar de alguma maneira para se sustentar.

Então, os projetos que existem, as leis que existem, são muito boas, mas eles têm fim, têm prazo curto. Outro dia fui indagado por um pai, por que eu não continuo com o projeto que eu comecei, em que tínhamos 50 alunos fazendo capoeira lá? Porque, infelizmente, o recurso acabou. E a gente não conseguiu aprovar outro recurso. E eu vivo da cultura. Muitas vezes eu tenho que tirar de dentro da minha casa para poder permanecer com 10, 15, 20 alunos fazendo aula de capoeira, porque não tem condições de pagar a aula de capoeira.

Aí a gente fala de preconceito, de racismo e tudo mais, mas se a capoeira está na escola, tudo isso diminui. Hoje, eu tenho o maior evento de capoeira do Estado de Rondônia, talvez seja o maior, não é? Eu estou até me colocando assim, com todo respeito aos meus mais velhos, nessa posição. E a deputada esteve comigo. Quero agradecer aqui a senhora, publicamente, porque outro dia a senhora me acompanhou até a Energiza para buscar um recurso que deveria ser fácil de conseguir.

Eu fui aprovado na Lei Rouanet, primeiro capoeirista, primeiro grupo de capoeira de Rondônia a ser aprovado na Lei Rouanet. Não consegui recurso, captar recurso. Já são dois anos, eu vou perder a Lei Rouanet e vou ter que trabalhar de novo para outra aprovação. Esse ano, o meu festival de capoeira corre o risco de não acontecer, porque não temos recurso, não temos patrocinadores. Alguns patrocinadores que são empresários reclamam de não termos lei de incentivo fiscal.

Então, essa é a minha fala. A mesma fala de todos e vai ser pertinente sempre. Vai ser sempre a mesma coisa até que se faça algo novo. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Railander. Parabéns pela sua colocação.

Agora a Márcia Mura, Coletivo Mura Distrito de Nazaré.

A SRA. MÁRCIA MURA - *Oacatarrepé. Iriu. Raipai. Caripuim. Tanamaki, Mura.* A paz esteja com vocês, a paz esteja conosco, que nossos territórios sejam demarcados. Eu sou Márcia Mura, meu nome cultural é Tanamaki, mulher guerreira.

Eu venho com essas palavras do Arapacai, que é uma língua espiritual do povo Mura, do Itaparanã, do sul do Amazonas. Eu sou do Coletivo Mura, aqui de Porto Velho e do Rio Madeira. Porto Velho que antes de tudo é território Mura, e o povo mais invisibilizado de Porto Velho, em todos os aspectos. Alguns nem sabem da nossa existência, embora a gente esteja aqui muito antes da chegada do primeiro pioneiro, que se diz pioneiro de Porto Velho.

Eu venho aqui, não só falar em nome do Coletivo Mura, mas também de outros parentes, povos indígenas aqui de Porto Velho e Rondônia, que quando forem comemorar o aniversário de Porto Velho, lembre-se que isso aqui antes de tudo é território indígena. Convidem os povos indígenas para falar dessa história antes de ser uma cidade. E que a cultura de Porto Velho, os fomentos culturais possam chegar até os territórios, territórios aldeados e também indígenas em contexto de cidade e contexto ribeirinho e contexto estrangeiro, pois os povos indígenas estão nesses

diferentes lugares. Eles estão na cidade, não porque viemos para a cidade, mas porque a cidade invadiu nossos territórios. Estamos nos territórios ribeirinhos, porque antes de ser território ribeirinho, era território indígena. Estamos nos territórios extrativistas, porque também seringais foram construídos em cima dos nossos territórios.

Nós não somos folclore. E antes da cultura popular, que é tão importante, temos a cultura indígena que precisa ser valorizada sem estereótipos. E precisamos, nós indígenas, sermos os protagonistas. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Márcia.

Agora eu convido o Márcio Barroso, Turismo, Cultura, Porto Velho.

O SR. MÁRCIO JOSÉ DE MELO BARROSO - Boa tarde, obrigado pelo momento. Eu vou falar assim rapidamente, mas já vou falar o mesmo que a professora Rita. Sou beradeiro como muitos daqui, nascido aqui. Professor Marcos uma vez já me disse que ele deu nome para as pessoas que são como eu. Talvez eu não seja um fazedor de cultura, como um artista, mas eu sou um culturalista, porque eu propago a cultura.

Sou sócio da Bera Turismo PVH, e nós temos a missão de propagar a nossa cultura e identidade beradeira, que são todas essas culturas que aqui estão, as originais, as de hoje e o que somos hoje. Como proposição, eu peço a vocês, são coisas simples também, que são da tecnologia. O Paulo

Higo me conhece lá do Detran, sou formado em Informática e tudo mais.

Peço que, como proposição, que tenhamos um calendário on-line de eventos e reuniões, aqui muitos criticaram, mas um calendário que funcione; on-line, não só estar publicado, mas que funcione, e que seja inclusive colaborativo, que todo o nosso povo aqui possa colocar. Porque eu, como agente de cultura, a gente tem a nossa Agência Bera Turismo, a gente quer fazer eventos e a gente esbarra em só saber da atividade próximo do acontecido.

É bem difícil de preparar atividade de turismo sem ter um calendário correto, inclusive com a data que deveria acontecer. E muda-se muitas vezes, assim como o Duelo na Fronteira, que a gente está doido para fazer e não consegue ainda. A gente vai tentar, porque os hotéis não conseguem marcar com a gente, porque não tem definitivamente uma data para que se tenha esse evento. Os hotéis estão com dificuldade de confirmar conosco.

Outra proposição, e aí também vai para a área de tecnologia, a inteligência de dados. É interessante, é importante. Hoje estamos em um mundo que temos dados, temos como coletar os dados, temos profissionais, eu sou um deles. E esses dados podem virar painéis de inteligência de cultura, painéis de dados utilizando Power BI, painéis de dados que possam ser utilizados por todos.

E aí fica mais fácil de conversar, inclusive explicar, sem precisar fazer tanto histórico, como o Édier fez, anteriormente a colega também fez. Esses painéis de dados já estão prontos, deveriam estar, para ser fácil de pegar esses dados e conversar em uma mesa, sentar a uma mesa, com técnica e inteligência.

Também, da mesma forma, esses dados, eu falo de cultura, mas da mesma forma de turismo, porque não temos dados de turismo. Tanta gente que vem para cá para participar da cultura, não conseguimos ter dados de turismo. Quem vai para o Duelo na Fronteira não tem condições de saber quantos turistas vão para o Duelo na Fronteira, quantos turistas vão para Nazaré. Bom, a minha empresa tem os dados, nós levamos um barco com 50 pessoas para Nazaré e movimentamos mais de R\$ 30 mil na comunidade.

E por último, acho que a professora falou da questão do prédio, nós temos prédios abandonados na cidade inteira, do Governo do Estado. Pegue um prédio, bote lá para Rita Queiroz. Um prédio. A gente não quer 10, só um prédio. Por último. Produzindo cultura, aqui vai um poema de um culturalista: "Somos os Bera, somos da beira, somos da cultura brasileira, somos da cultura beradeira."

Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Márcio.

Nós temos agora a Ana Lúcia Barroso, que ela quer fazer a entrega de um documento. Ela é Presidente da Liga das Escolas de Samba de Rondônia. E a Luciana pediu a fala, pois não foi falado sobre os blocos, e ela gostaria de falar. Eu queria pedir a vocês a permissão, porque nós já tínhamos encerrado, e ela fez esse pedido. Podemos inserir uma fala dela de dois minutos?

Então, nós vamos receber o documento rapidamente da Ana Lúcia, que vai vir aqui entregar para a gente. Ana Lúcia Barroso. E depois nós vamos ouvir a Luciana. E aí a gente já vai passar para a Mesa para ouvir as nossas

autoridades. Está bem, pessoal? Eu sei que é cansativo, mas a Audiência Pública é isso? É ouvir, é fazer o debate, é apresentar a problemática.

Tinha café aí em cima agora, já acabou? Por favor, providencia, Cerimonial. Pede para levar mais cafezinho para o pessoal ali em cima, porque para aguentar até o final tem que ter cafezinho, não é, pessoal? Eles vão levar um cafezinho aí.

A SRA. ANA LÚCIA BARROSO - Prometo que é rapidinho. Agradecer a essa banca, principalmente à deputada, nobre Deputada Cláudia de Jesus, que nos acolhe aqui nesse momento, e fazer a entrega de um documento com carta de intenção. Essa carta de intenção é exatamente pedindo, deputada, que a senhora nos ajude a retomar essa cultura tão maravilhosa, que é o desfile das escolas de samba no cenário cultural de Porto Velho.

E pela retomada dos nossos desfiles de escola de samba, no período momesco principalmente, pelas nossas importâncias, pelas nossas visibilidades e reinserção de cena cultural daqui; para que expressemos nossas artes e criações concebidas e as façamos geradoras de conhecimentos, riqueza e oportunidades; por nossos reconhecimentos, existências históricas, humanas e cidadãos; por nossas serventias e valias e pela vida em nosso município cultural, sendo esta, uma inarredável e irrepreensível bem de formação, informação e transformação social, além do ativo propulsor socioeconômico e principalmente, pela nossa resistência em manter esse legado. Muito obrigada.

(Momento da entrega do documento)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Parabéns Ana Lúcia, eu recebo o seu documento e vou compartilhar também. Eu vou estar compartilhando depois a cópia desse documento com o Secretário Paulo.

E eu queria, antes de ouvir a Luciana, o Ferreirinha, que é o Presidente da Funcultural aqui de Porto Velho, está sentadinho ali, e eu gostaria de convidar você para vir aqui para a Mesa, meu amigo, porque têm muitas pautas também, que cabem ao Município de Porto Velho. E aí eu queria que você viesse aqui também para nos ajudar e também, fazer alguns compromissos nesse sentido, porque tem muita coisa que depende aqui do município, da capital de Porto Velho. Então, eu queria convidar você para vir aqui com a gente.

Luciana, dois minutinhos.

A SRA. LUCIANA OLIVEIRA - Eu vou tentar, eu juro. Eu pedi essa fala porque poucas pessoas se manifestaram citando os blocos carnavalescos. E eu integro a diretoria do Pirarucu do Madeira, que é um bloco que tem 32 anos, e que não é só um bloco de carnaval.

Eu acho que todo mundo que falou aqui, deixou bem claro que cultura é memória, é identidade. E o Bloco Pirarucu do Madeira é um movimento cultural, atitudinal, comportamental, horizontal, democrático. Nós não vendemos nada. Nós começamos com uma troça de 100 pessoas e hoje, são milhares de foliões para a gente dar conta. Para a gente dar conta de trio, banda, contratação de ambulância, segurança, os artistas, os apoios.

Então, as pessoas não têm noção do que é a missão de quem assume fazer cultura aqui em Rondônia, aqui em Porto Velho. Assume com amor, com coragem. E é isso que nós fazemos. As pessoas quando veem um bloco passando, acho que pensam que é só ligar o carro de som em uma tomada e pronto, não é?

Mas, o que eu quero dizer, eu estou falando do Pirarucu nesses termos, para deixar claro a nossa responsabilidade e a de todo mundo que está aqui, que tem uma ideia, um sonhozinho pequeno, aquele sonho cresce, aquele sonho faz tanta gente feliz e ele não pode morrer.

Então, a gente tem que estar todo ano renovando, resistindo e lutando para manter aquela tradição. E todo ano é uma humilhação.

Então, em nome dos blocos de carnaval, eu quero reivindicar esforço parlamentar no sentido de garantir a blocos como o nosso - o nosso inclusive é patrimônio cultural e imaterial de Porto Velho -, e aos demais, sem finalidade lucrativa, isenção de taxas. Qualquer um aqui vai entender que um bloco que não vende nada, que tem os mesmos custos dos outros, não pode pagar as mesmas taxas de quem vende. Então, a gente paga as mesmas taxas dos blocos que vendem e comercializam. Então, quero reivindicar a isenção de taxas, quero demarcar território para isso.

E pedir também, taxa única para todos os blocos, porque o que nós levamos para a rua é muito grande. É a identidade de Porto Velho.

E mais, só o que é mais triste do que essa falta de incentivo e perseguição aos blocos carnavalescos - e eu também não posso deixar de falar disso -, é a insistência desse Estado em apagar o maior acervo de memória do

carnaval de Porto Velho, de Rondônia, que são as escolas de samba.

As escolas de samba não podem ser sepultadas por falta de sensibilidade e de apoio, e a gente tem que deixar isso marcado nessa Audiência Pública. E como dizia a Simone de Beauvoir: "A cultura não pode se rebaixar ao nível do povo. O povo é que tem que se elevar à cultura."

Então, é isso. Estamos juntos. Resistência sempre. Sempre na luta pela proteção da cultura, da nossa memória, da nossa identidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Luciana. É um pleito muito justo, e fica como encaminhamento aqui já na nossa Ata, e as nossas representações aqui do Governo Estadual e Municipal.

Agora, a gente passa a fala aqui para a Mesa, para que, mediante tudo que foi falado – a gente ouviu bastante reivindicação, pleitos importantes, situações gritantes – que a gente entende que é preciso ser sanado, é preciso ser debatido, a gente precisa de resoluções. Todos os pleitos muito justos, cada fala muito importante, porque também cada fala traz a diversidade da cultura, da arte do nosso Estado de Rondônia.

E eu gostaria que nas falas agora, pudesse ser dito assim: o que nós podemos fazer? Quais os encaminhamentos são possíveis?

A gente sabe que não vai ser finalizado aqui. A gente tem uma construção pela frente desses encaminhamentos, de diálogos, de cobranças. E eu gostaria agora de ouvir a Silvia Ferreira de Oliveira, que é a coordenadora

substituta aqui do escritório do Ministério da Cultura, em Rondônia.

E a gente ouviu nas falas, o quanto o governo federal tem investido na cultura, através dos programas, dessas leis – tem chegado muito orçamento no Estado de Rondônia. É um momento ímpar que nós temos vivido, porque o Presidente Lula, de fato, tem destinado muito orçamento para a cultura do nosso país.

É importante que a gente se organize, para que se possa de fato usufruir desses recursos. Porque, quando a gente não tem, a gente fica lutando para ter. E, quando a gente tem, a gente precisa, de fato, que isso aconteça, que isso seja executado.

Então, Silvia, quero que você, mediante o que foi falado, as possibilidades, o que pode ser feito, mas também dizer desse trabalho importante que a Superintendência da Cultura em Rondônia tem feito.

A SRA. SILVIA FERREIRA DE OLIVEIRA - Olá, boa tarde aos amigos, amigas, companheiros, companheiras de caminhada – nessa árdua caminhada da cultura, segmento que eu faço parte, especificamente do samba – e que agora me encontro e me vejo em uma missão.

Mas, antes, porém, quero saudar toda a Mesa em seu nome, Deputada Cláudia, e parabenizar por esta iniciativa, porque mais do que nunca – mais do que nunca – a cultura precisa e deve ser ouvida. Todo mundo que foi até ali ao parlatório, que usou o microfone, está falando em nome de milhares de pessoas. Porque, se não é fazedor de cultura ou fazedora de cultura, de alguma maneira tem uma relação – seja afetiva, seja para a saúde mental – e a prova disso

foi o motivo que surgiu a Paulo Gustavo, que surgiu a Aldir Blanc, no período pior da história da humanidade, talvez um dos piores, quando nós fomos atingidos pela pandemia.

E muitos de nós fomos salvos pelas *lives* ativas com música, ou pelo cinema, ou por tantas e tantas outras formas de fazer arte, que chegaram dentro das nossas casas, quando nós não podíamos ir pra rua.

E eu tenho certeza que, assim como dentro da minha família – posso dizer –, como de tantas outras, a cultura ajudou a aliviar dores, ajudou a aliviar e, de uma certa forma, trazer um pinguinho, um pouquinho de esperança, de que aquela fase difícil iria passar. E, naquele momento, surgiram essas alternativas, que culminou agora em se transformar política de cultura.

O governo federal é o grande “culpado” de nós termos, Secretário, dentro do caixa previsto – não vou nem falar do passado – para os próximos quatro anos, dentro do Governo do Estado de Rondônia, R\$ 60 milhões. Para os próximos quatro anos. A “culpa” é desse governo federal que está aí.

Mas qual é o nosso papel enquanto agentes e fazedores da cultura? É fazer isso que está sendo feito hoje aqui. É fazer o que foi feito ontem, na reunião do Conselho Estadual de Cultura. É fazer o que cada um, dentro do seu segmento, se propõe e põe a mão na massa para fazer.

E nós – eu estou falando nós, porque hoje eu estou nessa missão, representando o Ministério da Cultura aqui no escritório – que tem a missão de fazer interlocução, de articulação, e eu estou sozinha. Eu sou a única pessoa aqui. Tem uma parceira de trabalho que está em Alagoas, que está dando toda assistência. Eu digo, às vezes, que ela é meus braços e minhas pernas. Hoje, precisamos subsidiar com algumas informações. Eu estava na reunião de manhã, e ela

me socorreu. E ela me socorreu. Então, sou eu aqui, e ela lá longe.

A gente fica tentando se redobrar e desdobrar e muitas vezes entrando pela noite. Eu faço esse papel de muitas vezes, como tive certos momentos com Madma e o professor Alécio, na Sejucel, gente correndo e pedindo socorro, enfim. E a Sejucel precisa, já foi dito, mais do que nunca, de uma estrutura melhor para que a gente não caia no erro que caiu no passado, sem fazer chegar aos lugares que precisam chegar, aos profissionais, trabalhadores e trabalhadoras da cultura que veem os seus projetos sendo aprovados e não conseguiram receber ainda.

Então, o nosso papel, enquanto sentados nestas cadeiras, apesar de muitas vezes depender de quem tem o poder da caneta, como disse muito bem o nosso amigo, companheiro Édier, que quem tem o poder da caneta não somos nós. Mas nós precisamos fazer, deputada, chegar todas essas proposições que nasceram aqui, na cadeira e dono da caneta. Precisamos fazer com que os deputados que não estão aqui presentes, infelizmente, também incorporem essa bandeira, que também incorporem todas as políticas e propostas aqui apresentadas.

Que nós consigamos fazer, por exemplo, o Bruno lá de Rolim de Moura, no Fórum Estadual que teve aqui, de gestores e gestoras, trouxe para nós uma experiência que a gente não conhecia, não conheço, nunca ouvi falar em lugar nenhum, Bruno. Lá em Rolim de Moura a pessoa que está à frente da pasta da cultura é referendada pelo Conselho Municipal de Cultura. Ou seja, ela é avaliada não por ser simplesmente gestor, mas por saber e entender o que ela tem que fazer dentro daquela pasta. E que esse sentimento de quem está fazendo e sentindo isso, e a gente já conseguiu perceber como bem disse a Valdete, sobre esse Secretário,

que está conseguindo ter um diálogo, precisa sentir, Secretário, sentir o que é que cada uma das pessoas colocou aqui: a necessidade de se fazer e implementar a cultura de verdade e de fato no Estado de Rondônia.

E a gente está com essa missão. Eu com essa interlocução, toda bandeira que chega até aqui, eu procuro a Sejucel, procuro o MINC, procuro as pessoas que podem contribuir nesse sentido.

Eu gostaria de concluir fazendo uma, como eu posso dizer, acho que até reverenciar a Professora Rita Queiroz. Quando estava falando aqui, Dona Rita, eu me reportei, acho que foi em 2010, aqui na Assembleia, acho que ainda não era nem aqui, não lembro. A senhora colocando de um projeto, um programa que foi contemplada para ensinar artes plásticas no Baixo Madeira. Eu nunca esqueci. Quando a senhora estava falando eu me emocionei aqui vendo a senhora falar. Dois momentos: com a senhora e com o nosso companheiro que estava aqui com a tradutora. Colocando já naquele momento a questão do custo amazônico.

Eu lembro até hoje, a senhora fazendo o relato para levar as suas telas, o seu material de lá do barco para subir o barranco, que é a nossa realidade. E na hora de prestar conta teve problema, como foi colocado, acho que por alguém ali, porque não tinha como comprovar que um cidadão ou uma cidadã ajudou a subir para levar ali. "Eu paguei. Tinha que pagar." Eu lembro até hoje ela dizendo isso: "Tinha que pagar, porque estava cobrando o serviço dele. Mas eu não tinha como comprovar, era um papel de pão que eu ia anotar lá, ou ele ia me dar."

E essa pauta, Marfiza, acho que você ou foi a Val que tocaram aqui, da questão do custo amazônico. Naquele momento ela já fazia do jeito dela, da maneira dela,

trazendo aquela realidade que muitos de nós vivem aqui na Região Amazônica, aqui no Norte. E essa pauta, a gente precisa fazer chegar lá na ponta. Precisa fazer chegar de uma forma a entender que ainda tem muita gente com dificuldade de escrever projeto. Imagine prestar conta.

Então, são bandeiras que já chegaram até a gente, enquanto escritório, que a gente precisa saber como vai transformar isso ou vou meter dentro da Política Nacional de Aldir Blanc? Vai reformular lá na frente? Não sabemos, mas pode acontecer um momento para isso, para a gente fazer isso acontecer de fato.

E é isso, gente. Não dá para entrar muito em tudo, ser repetitivo. Já foi falado tudo que a gente gostaria de ouvir, de fazer e de falar também. E dizer que a gente está à disposição para contribuir com o gabinete, deputada, e com todos os deputados que quiserem tratar sobre essa pauta. Especialmente com nossos parceiros, companheiros e companheiras, que são fazedores de cultura no Estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho, onde eu fico.

Enfim, estou à disposição, conheço muita gente que está aqui, sabem como me encontrar, onde me encontrar. Nós não temos ainda uma estrutura física do Ministério da Cultura aqui, como todos sabem, ele não existia. Passou a existir com o governo Lula, está se estruturando, está pegando gente dali, gente de cá, enfim, está formando o corpo técnico. E mesmo assim, com todo esse corte de 84% que houve no Congresso Nacional, se manteve o que foi prometido, de subsidiar através da Política Nacional de Aldir Blanc.

Nós não temos estrutura ainda, mas temos uma salinha que está cedida lá no Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia). O meu trabalho é mais

home-office, como todos os escritórios do Brasil estão em *home-office* por conta dessa questão estrutural. Mas, a gente tem uma salinha lá que a gente pode sentar, conversar e trocar ideia e fazer chegar onde deve chegar o que for proposto, o que tem de sugestão, o que tem de necessidade para a gente construir juntos essa caminhada. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Sílvia.

Mediante algumas falas que eu ouvi aqui, não sei as possibilidades, mas acho que havia aqui o apoio do Ministério da Cultura, da Sejucel, também da Funcultural de Porto Velho, sobre essa questão dos blocos carnavalescos, esses recursos que vêm do governo federal, como a gente articular para que vocês possam, as escolas, acessar esses editais, porque tem muito recurso. Acho que a gente precisa começar a se preparar para poder acessar esses editais e facilitar a vida de vocês, porque não é fácil realmente ir para a rua se não houver essas condições.

Eu vou passar agora aqui para a Valdete. Nós temos aqui quatro falas da Mesa para a gente poder já encerrar. Sei que vocês estão cansados, mas nós precisamos ouvir aqui essas falas do Governo do Estado, do governo municipal, aqui da Prefeitura de Porto Velho, a Valdete, a representação aqui também da Casa Civil, que é muito importante nesse processo aqui para a gente.

Eu só queria pedir para que fossem breves com as falas para que a gente possa finalizar. Está bem? Valdete, contigo agora.

A SRA. VALDETE SOUSA SILVA - Bem, a minha fala agora vai ser no sentido dos encaminhamentos mesmo. Porque a gente já ouviu aqui, além dos nossos oradores que já tinham programados e mais todas as falas da plenária, eu penso que quem está aqui já está mais que habituado a ouvir tudo isso.

O nosso Secretário já escuta em todas as reuniões do Conselho bastante. Aqui só está compilado junto e com outras pessoas falando de novo. Mas, o que eu quero colocar aqui? Todos os encaminhamentos. Alguns é reforço daquilo que o Édier já colocou na fala dele e o restante que a gente já tinha.

Vamos colocar isso em um documento e assinar via Conselho, com "logo", tudo certinho, e encaminhar tanto para o Governo do Estado quanto aqui para a Assembleia Legislativa, através da Deputada Cláudia de Jesus. Então, vamos lá.

O primeiro ponto que eu quero colocar é essa revisão do percentual do Fedec. É importante. Tudo que a gente falou aqui passa pelo recurso. Não existe outra forma de se fazer cultura se não tiver recurso. Então, o primeiro ponto é o aumento do percentual do Fedec/RO para o mínimo que a gente tinha antes. A gente pede 1%. O mínimo que a gente tinha era 0,5%, mas a gente está pedindo 1% para a cultura de Rondônia.

O segundo ponto, mas não é segundo, na verdade eu penso que ele vem até antes, é a criação da secretaria exclusiva da cultura. Não existe maneira de se fazer cultura, de se gerenciar todas essas pautas que a senhora ouviu aqui e que o senhor Secretário também ouviu, o nosso companheiro da Casa Civil, a não ser tendo uma secretaria própria.

São muitas demandas, gente. São tantas demandas. Hoje não se falou acho que nem 1% das demandas da cultura. A gente poderia ficar aqui três dias falando sobre todas as demandas e ainda não teríamos esgotado o assunto. A cultura é muito ampla, então não tem como a cultura estar dentro de uma Secretaria que tem mais três pastas lá dentro. É coisa demais para fazer, é desumano. Ninguém tem possibilidade de conseguir fazer isso tudo e ser bem feito. Vai sair mal feito, não tem como. Então, a gente pede que seja criada a SEC, a Secretaria Estadual de Cultura de Rondônia. De verdade, só com a cultura.

O terceiro ponto é a realização de concurso público para servidores dessa secretaria. Logo que teremos uma secretaria, e mesmo que não tenhamos, a gente ainda assim precisa do concurso público. Precisamos, necessitamos. E isso é um pedido, na verdade a gente já implora, a gente nem pede mais, a gente implora por isso há anos. Não tem como um órgão gestor funcionar sem ter servidor. Não tem condições. Quem vai fazer o trabalho?

Se nós temos o tempo todo servidores que são temporários, que são contratados e descontratados a bel prazer, ou quando eles não mais conseguem ficar ali porque arrumam empregos melhores, porque ganham mais. Os CDS's (Cargos de Direção Superior) são baixos dessas contratações. Ninguém vai ficar no emprego em que ele não vê um futuro. Então, é necessário que tenhamos, sim, concurso público para a pasta da cultura.

Outro ponto, que aí passa por tudo isso, é a execução real dos recursos oriundos da União, sejam eles da PNAB, os CEU's da Cultura (Centros de Artes e Esportes Unificados) o MovCEU's (Módulo Eletivo Itinerante), que nós nem tratamos desse assunto aqui hoje, Rondônia perdeu o MovCEU, que são as vans da cultura, nós perdemos o recurso, porque não teve

como ninguém mandar, ninguém se inscrever para isso. Os arranjos regionais, que se não der certo ainda vamos perder também um recurso grande para o audiovisual.

Então, nós precisamos parar de perder essas oportunidades. O governo federal está lançando diversos editais, é um atrás do outro. E da forma como está, nós não temos como. Então, nós pedimos que, sim, tenhamos a execução integral de todos os recursos que já recebemos e o acesso a esses outros que ainda não conseguimos acessar.

Outro ponto é a criação do convênio com o Confaz para efetivar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura 435/2011. E aí eu faço um adendo, essa lei é muito antiga. Ela precisa ser totalmente revisada e adequada às novas leis nacionais. Nós temos muitas leis, essa é antiquíssima, eu já li, ela tem muitos problemas, precisa ser refeita. Mas, se já tem uma base, vamos pegar essa lei e colocar para andar e fazer esse convênio. Gente, é um detalhe, mas nós poderemos ter a Lei de Incentivo À Cultura Estadual. É necessário. Precisamos para que tenhamos mais formas de captação de recursos.

Outro ponto é a criação de programas estruturantes e previsão orçamentária para esses que já existem. Aí a gente passa pelo Programa do Patrimônio Histórico, que existe, mas não existe. Não adianta um programa que só dá o nome. "Ah, a Banda é um patrimônio histórico", mas o que adianta a Banda ser um patrimônio histórico se ela não tem R\$ 1,00 para fazer o evento quando precisa?

Então, nós precisamos de recurso dentro desses Programas do Patrimônio Histórico. E não só esse, mas também criação do programa do audiovisual, incluindo o desenvolvimento de um polo de cinema em Rondônia. Estamos avançando, todo dia têm novos filmes, curtas, longas,

médias, e a gente precisa cuidar logo disso, antes que se perca o controle e vire uma carruagem ladeira abaixo. Precisamos do programa do audiovisual.

Também do programa para as manifestações populares. Temos boi, quadrilhas juninas; temos a capoeira, que o nosso companheiro chegou aqui e lembrou, tudo isso está dentro das manifestações populares. Precisamos de um programa específico para as manifestações populares de Rondônia, com recurso.

E também do programa de formação em arte e cultura, implementação das escolas técnicas. Hoje o governo federal, gente, lançou em 2023, um programa em arte e cultura, que são as escolas livres. Nós temos em Rondônia duas escolas livres, uma inclusive, eu sou a coordenadora lá em Vilhena, a outra também está em Vilhena. São duas escolas livres no Estado e estão todas em Vilhena.

Esse programa de formação em arte e cultura nacional, hoje, ele tem 68 escolas que compõem a rede nacional de formação em arte e cultura, com recurso. O governo federal abriu um edital, nós concorremos e entramos. Agora, nós precisamos que o Estado de Rondônia dê continuidade a esse trabalho e também abra um programa estadual em formação em arte e cultura, porque nós não vamos andar de ré, não. A formação em arte e cultura só vai para frente, o governo federal vai impulsionar.

Então, o Estado também precisa acompanhar. E nós precisamos implementar e dar continuidade às que já tem. Nós temos duas escolas, hoje, livres em Rondônia, mas nós precisamos ter outras. Temos várias pessoas aqui que têm condições de ter suas formações aqui em arte e cultura livre em Porto Velho e nos outros municípios. Mas, para isso o Estado precisa ter um programa com recurso.

Por último, mas não menos importante, muito importante, por último não, tem dois pontos ainda. O programa de difusão, distribuição e circulação de artes, porque nós precisamos distribuir e circular tudo que a gente produz nesses editais e só tem como, se tiver um programa próprio para isso. E o programa estadual de editais de fomento, que é para consolidar de vez e a gente não ter edital apenas quando a União mandar recurso para cá. É isso.

A SRA. MÁRCIA MURA - Cadê o programa para os povos indígenas, específico e diferenciado. Cultura popular. Cultura dos povos indígenas é cultura dos povos indígenas, milenar e contemporânea, aqui e agora. **(fora do microfone)**

A SRA. VALDETE SOUSA SILVA - Vamos adicionar. Vamos adicionar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada. Obrigada aqui a nossa Presidente do Conselho, a Valdete. Muito importantes as proposições. A Márcia deu mais uma contribuição ali sobre os povos indígenas.

E agora, eu vou passar aqui para o Ferreirinha, que é o nosso Presidente da Funcultural aqui de Porto Velho, para que, diante as pautas que foram trazidas aqui, as demandas, o que pode também ser feito através da Funcultural para ir sanando algumas demandas relacionadas à cultura do município, da nossa capital de Porto Velho.

O SR. ANTÔNIO ALVES FERREIRA - Boa tarde, colegas, nossos queridos artistas, produtores culturais. Nós temos lá uma atuação na Funcultural, iniciamos, como diz, com um grande presente, que é o carnaval. Carnaval dos blocos carnavalescos. A gente viabilizou um carnaval com alguns cuidados, com segurança, com limpeza. E fazer acontecer.

A gente, no primeiro momento, faltou o que está aqui discutindo, que são as escolas de samba na rua, apresentando. E a gente vem fazendo alguma discussão nesse sentido. E a gente barra na hora do financeiro, do orçamento e do financeiro. E esse debate a gente estava discutindo. Precisava ter alguma fonte que a gente pudesse empenhar esse ano, já começar janeiro, tendo esse recurso em caixa, para poder viabilizar o carnaval das escolas de samba nesse sentido. A gente até andou conversando com a Liga e com algumas escolas nesse sentido.

A gente viabilizar a ornamentação das escolas direto para as escolas de samba e a estrutura, ou nós ou o Estado bancaria essa estrutura. Eu acho que dá, nós fizemos uma conta simples, na casa de R\$ 500 mil a gente poderia fazer ornamentação nesse primeiro ano e mais R\$ 500 mil para a estrutura. Um milhão a gente conseguiria viabilizar o carnaval da escola de samba no ano que vem.

Mas, para isso nós precisamos buscar uma fonte que pudéssemos empenhar hoje, para quando chegar em janeiro, a gente já ter esses recursos para poder atuar - porque, geralmente a gente sempre sofre por questão do orçamento.

E o debate do orçamento, também, agora, quando a gente estiver discutindo o orçamento para o ano que vem, tanto na Assembleia Legislativa quanto no Governo do Estado e no município, que a gente esteja todo mundo junto, discutindo o orçamento da cultura direto, já para a gente fortalecer.

Nós já temos as nossas leis, graças ao governo federal que viabiliza o PNAB, que tem esse recurso direto para os artistas – que não é para Sejucel esse dinheiro nem é para a Funcultural: é para nós, que fazemos a cultura lá na ponta.

Nós viabilizamos esse ano já mais de R\$ 3 milhões, que já estão na mão dos produtores de cultura, das pessoas que fazem cultura. Falta mais R\$ 600 mil, e a gente vai finalizar, este ano, o Ciclo 1, que foi o que a gente pegou para a gente fazer.

E aproveitar esse momento para fazer um convite a todos que estão aqui: a nossa conferência municipal vai ser dia 11 e dia 12, e lá também nós estaremos elegendo o nosso Conselho Municipal de Cultura.

Por que a gente não se empenhou tanto para trabalhar o segundo ciclo? Porque o nosso Conselho – nós precisamos regularizá-lo, é o nosso principal parceiro para estar no debate referente à cultura. Então, a gente preferiu organizar o funcionamento do nosso Conselho e fazer a conferência 11 e 12 de outubro, no Teatro Banzeiro. Então, já aproveito e convido todos vocês para fazer parte com a gente. A gente vai fazer o chamamento de todos, a convocação de todos.

E dizer que a demanda nossa foi grande. Nós já atendemos mais de 200 atividades culturais na cidade de Porto Velho, com o pequeno orçamento que a gente tem, que é de R\$ 1.300.000,00. De repente, para um município menor, parece ser bastante, mas para Porto Velho, R\$ 1.300.000,00 – direto para poder fazer estrutura direto na estrutura física – é muito pouco.

E, na jurídica, para poder pagar os nossos artistas, é R\$ 850 mil. Então, nós temos uma receita muito pequena. Nós

temos um outro recurso, que é de R\$ 1.600.000,00, mas é emenda direta. É emenda direta dos vereadores para as entidades que produzem cultura. E o mais, o nosso orçamento é a manutenção da máquina.

E dizer a vocês nós estamos à disposição. Eu cheguei até mais tarde aqui, porque nós estamos empenhados no aniversário de Porto Velho – que vão ser cinco dias de atividade, então a demanda é muito grande. Vamos estar envolvidos muitos artistas regionais, artistas nacionais e, queira ou não queira, envolve bastante disponibilidade e presença da gente.

E para a gente realizar isso, não é do orçamento da Funcultural. A prefeitura teve que fazer uma suplementação orçamentária para poder atender uma atividade desse tamanho. Então, a gente sempre vai estar provocando a administração como um todo para poder tocar as demandas.

E dizer, deputada, a gente fica muito feliz ao Secretário estar aqui presente, a Silvia – vocês estão próximo, dialogando com a comunidade cultural. Porque a gente tem que fazer isso: fazer ação progressista e democrática, para que a gente possa avançar neste país.

Se a gente deixar aquela visão conservadora, a gente trava a cultura, a gente trava o progresso e trava a consciência das pessoas. Porque é isso que se faz. Então, eu fico grato por este momento aqui. Peço perdão por não ter participado o tempo todo, é porque eu estou nessa correria.

Nós temos o Festival de Praia, do qual também a gente é parceiro, atuamos lá no Festival de Praia das Calderitas, e, no final de semana, tem o Festival de Praia de Jaci-Paraná. A correria é bem grande na Funcultural. E a gente,

que está na frente, fica em algumas demandas pequenas e as grandes ao mesmo tempo.

Agradecer a parceria dos nossos técnicos que estão presentes aqui: a doutora Daiane, o Beto, estavam mais outros colegas nossos que estão participando.

E dizer para vocês que nós, lá na Funcultural, estamos à disposição. O diálogo é permanente e as portas do nosso gabinete está sempre estarão à disposição. Está bom, deputada? Muito obrigado. Um abraço, secretário.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, meu amigo Ferreirinha, pela sua contribuição. Depois nós vamos compartilhar também essa Ata contigo. Quero também agradecer a participação de toda a sua equipe.

Quero agradecer a presença do Gil Lopes, do Ju Cadinho, lá da quadrilha - seja muito bem-vindo, obrigado por estar aqui.

E agora a gente quer ouvir o Luiz Cavalcante, que representa aqui a Casa Civil. Luiz, a gente agradece a participação dessa representação, porque todas essas políticas públicas relacionadas a todas as Secretarias sempre passa pela Casa Civil - esses fechamentos, esses encaminhamentos.

E foi falado muitas situações aqui referentes até mesmo à criação de uma secretaria especialmente da cultura, para trabalhar esse orçamento que vem do governo federal. É muito dinheiro. E mediante a tudo que foi falado, a gente vê que tem uma grande viabilidade. É importante, para que essa população não seja prejudicada.

Então, a gente vai precisar muito que você seja também, junto com todos nós, esse interlocutor, para levar lá para o nosso Secretário Elias essa situação que foi colocada hoje aqui em pauta.

A gente já quer contar com vocês para que a gente possa construir. Depois, nós vamos encaminhar também essa Ata, que traz todas essas indicações e todas essas problemáticas vividas pelos nossos artistas.

Agradeço aqui sua presença, e passo a palavra para ti.

O SR. LUIZ CAVALCANTE - Quero cumprimentar a Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus, em nome do Secretário-Chefe da Casa Civil Elias Rezende. Na programação estava para vir um colega assessor, o Luiz Fernando e eu substitui ele. Sou Luiz Cavalcante, componho a Diretoria Executiva.

E falar que a Casa Civil, enquanto o chefe Elias Rezende, está à disposição para os encaminhamentos e a gente vai sim, recepcioná-los e encaminhar a quem de direito for, seja a Sejucel.

E, abrindo um parêntese, a gente é do bairro Areal. Eu sou nascido e criado lá no bairro Areal e lá temos o bloco O Canto da Coruja. Meu pai é o presidente e a gente ajuda lá. Eu sou advogado, então a gente ajuda na questão de toda a documentação e sabe as dificuldades que os blocos enfrentam, e também que os demais segmentos da cultura enfrentam.

Então, a gente se disponibiliza aos encaminhamentos e a Casa Civil está à disposição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Luiz. Obrigada por essa contribuição e a gente sabe que o Secretário Paulo Higo vai precisar muito desse apoio da Casa Civil para atender tanta demanda, não é? Porque as demandas não foram poucas não, da cultura.

Então, eu quero agradecer aqui ao Secretário Paulo Higo por ter vindo aqui participar com a gente, ouvir vocês. A gente está aqui para intermediar, nós votamos o orçamento aqui na Assembleia, nós reivindicamos, nós cobramos, mas quem executa, de fato, é o Governo do Estado. Então, acho que o Secretário ouviu muito bem aqui todas as falas.

E, Secretário, a gente gostaria que você colocasse o que é possível fazer, o que é possível encaminhar. E a gente sabe que se começa juntos aqui, agora uma relação de dialogar quase que direto, porque não foi pouco o pleito de vocês. Tem demanda demais da conta.

Então, a gente tem que correr muito. E eu também já quero me colocar aqui, faço parte da Comissão de Educação e Cultura aqui da Assembleia. Acho que a gente precisa mobilizar os demais deputados dessa Comissão para articular todas essas demandas colocadas aqui hoje por vocês.

Então, passo agora para o Secretário. Obrigada, Secretário, por estar aqui conosco.

O SR. PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA - Primeiramente ,uma excelente tarde a todas as pessoas, todas as mulheres e homens presentes aqui hoje. Deputada Cláudia de Jesus, obrigado pelo espaço, pela oportunidade. Em seu nome, cumprimentar a Valdete, nossa Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural; o Luiz, que está

representando a Casa Civil hoje. Importantíssimo, termos um representante da Casa Civil aqui hoje para ouvir junto com a Sejucel, todas essas demandas que foram trazidas.

Cumprimentar a minha amiga Silvia, representante do escritório do MINC aqui em Rondônia. Silvia é sempre uma parceira muito importante para a realização das ações e das atividades culturais aqui do Estado de Rondônia.

Ferreirinha, nosso grande amigo à frente da Funcultural. Parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo.

E cumprimentar todos os nossos colegas, companheiros do Conselho Estadual de Política Cultural que estão aqui. A Selma está ali feliz da vida, não é, Selma? Está realizada com a audiência hoje, assim como todos os nossos conselheiros, companheiros dessa luta à frente do cenário cultural do Estado de Rondônia.

E de uma forma especial, cumprimentar todos os fazedores de cultura que estão aqui presentes, que de alguma forma puderam se manifestar e trazer os seus pleitos para que a gente possa trabalhar pelo fortalecimento do cenário cultural.

Deputada, de uma forma geral, tudo o que foi discutido aqui hoje não é uma novidade para a Sejucel. A gente tem que ser transparente. Eu acho que a minha forma de conduzir o trabalho é sempre pautada nessa transparência. Não é nenhuma novidade o que foi trazido aqui hoje, a gente já vem discutindo a possibilidade de implementação de melhorias.

Nós temos algumas coisas planejadas, pensadas. Alguns pontos que foram trazidos já estão sendo tratados a nível de governo, a nível de Casa Civil, a nível de Sepog, como

aumento do percentual do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura. A gente já tem uma tratativa iniciada.

Então, essa conversa já está sendo devidamente conduzida pelos órgãos que precisam estar cientes e debater essa temática. Eu acho que é importante esse reforço do Parlamento, a partir desta audiência hoje, acerca da necessidade do Fedec, porque tudo que a gente discutiu aqui hoje, não adianta falar de realização, sem dinheiro. Não existe cultura sem financiamento. Esse é o primeiro ponto.

Então, a gente precisa ter isso muito bem definido, isso muito bem claro. Então, a partir desse pressuposto de financiamento é que a gente consegue implementar as melhorias e fazer as ações estruturantes que precisamos fazer. De uma forma geral, se tem visto ao longo dos anos, a fala do professor Marco Teixeira, que já precisou se ausentar aqui do dispositivo. Ele traz um recorte de períodos de investimentos aqui no Estado. E a gente sabe que não vai corrigir distorções históricas de 30 anos, 40 anos em 10 anos.

Esses investimentos na cultura, os reflexos deles serão sentidos daqui a 10 anos, daqui a 15 anos. Mas a gente precisa de fato plantar essa semente agora. A gente precisa de fato implementar ações, estruturar a política cultural no Estado de Rondônia. E se for parar para pensar, num aspecto geral, a parte de estruturação da política cultural no Estado de Rondônia, antes da PNAB, ela era nula. A gente precisa ser sincero. Existia muita força de vontade dos fazedores de cultura, do Conselho, que fazia a sua parte cobrando o Executivo Estadual, cobrando os municípios também. Mas hoje, nós temos na Política Nacional Aldir Blanc, uma grande possibilidade de transformação do cenário cultural do nosso Estado.

E eu, como Ariano Suassuna, sou um realista esperançoso. A gente está diante de um cenário muito difícil? Estamos, mas a partir dessa possibilidade trazida pelo investimento ao longo dos anos, a gente teve as ações emergenciais, as políticas de financiamento emergenciais, a Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo, mas agora a gente foi tratar dessa questão de uma política estruturante através da PNAB, da Política Nacional Aldir Blanc.

Então, quando se fala de estruturação, deputada, está se falando de capacitação dos gestores municipais, de capacitação dos fazedores de cultura para poderem acessar esses recursos, para que eles aprendam a ter realmente a possibilidade de acessar os recursos disponibilizados através dos editais, para que isso não fique restrito a uma pequena parcela dos fazedores de cultura. A gente está falando de infraestrutura cultural; de pensar nos espaços onde são realizadas as atividades culturais, as reformas, as ampliações. Cuidar para que tudo isso realmente possa refletir na melhoria do cenário cultural do Estado de Rondônia.

Então, o primeiro passo, a gente já está tendo aqui hoje com essa Audiência Pública. Na verdade, o primeiro passo já foi dado lá atrás. Eu acho que isso aqui é uma concretização de uma vontade, de um desejo e de uma necessidade que os agentes culturais, que os fazedores de cultura tinham. Trazer para o Parlamento, deputada, trazer para esta Casa de Leis, para os representantes do povo, para que os agentes culturais que já estão lá conversando com a gente trouxessem também essa demanda para cá e juntos buscar soluções, buscar alternativas para melhorar a questão da cultura no Estado de Rondônia.

Então, nós temos hoje possibilidades. Eu acho que essa Audiência Pública foi fundamental para que esses problemas

não ficassem tão somente a distritos, à Sejucel. A gente está discutindo aqui uma questão de política de Estado. Não estamos falando de questão de ajuste de gestão. A gente precisa implementar melhorias na gestão. O Governador Coronel Marcos Rocha nos dá essa possibilidade de dialogar, de conversar, de tentar trazer essas possibilidades de melhoria. Mas, é preciso realmente pensar para além dessa gestão, para ações que vão ficar permanentemente.

Criar políticas de Estado, não políticas de governo, políticas de Estado que realmente possam permanecer para que as gestões passem e as ações estruturantes, aquilo que realmente vai fazer a diferença na vida de cada agente cultural que está aqui hoje, possa ficar realmente salvaguardado nos próximos anos.

Então, a gente tem um caminho muito bom a ser percorrido. E eu sempre faço essa fala. A gente, porque, realmente, não é só a Sejucel, não são só os agentes culturais, não é só a senhora, Deputada Cláudia, que está de parabéns por essa iniciativa de ter atendido essa demanda do Conselho Estadual de Política Cultural, mas somos todos nós juntos mesmo.

Não adianta só o Paulo ir lá bater na porta, tentar fazer a melhoria; não adianta só o Conselho, os agentes culturais baterem na porta da senhora. Eu acho que quando a gente senta a uma mesa e começa a colocar todas as possibilidades, vocês trazendo, os agentes culturais trazendo as dores, a gente tentando dialogar de uma forma republicana, de uma forma harmônica, para implementar ações que possam realmente trazer a melhoria para o cenário cultural. Acredito que é dessa forma que a gente vai conseguir avançar e conseguir implementar de verdade ações importantes.

Nesse período de gestão, acho que muita gente aqui acompanhou, eu cheguei para assumir a Sejucel, fiquei como secretário-adjunto em setembro de 2024 até dezembro, quando eu assumi. E quando eu assumi, caiu uma bomba na minha mão chamada LPG. Foi uma coisa impressionante. E realmente eu não tinha argumento para com os agentes culturais, porque eles, eu só lembro da voz da Val: "São 540 dias que o recurso está na conta do Estado", eu falei: "Rapaz, Val, sonhei com essa tua voz umas dez noites em dezembro". Foi delicado.

Mas, entendendo a importância, deputada, porque esse recurso é importante. Ele transforma vidas, ele faz com que os agentes culturais possam ter uma possibilidade de realizarem seus projetos, de melhorarem o entorno onde eles aplicam essas ações culturais, onde eles fazem a aplicação desses recursos. Então, trabalhamos muito para evitar uma perda que seria gigante. Tivemos problemas? Tivemos.

A gente ainda está tentando contornar algumas situações. Tivemos deliberações ontem na plenária do Conselho Estadual de Política Cultural, da qual faço parte também. Então, conversando, dialogando, evitamos uma grande perda de recursos. No ano passado a gente ia perder R\$ 25 milhões. A gente conseguiu evitar uma perda grande. Tivemos perda? Tivemos, mas conseguimos amenizar esse dano.

Tivemos algumas dificuldades também em relação à PNAB, a questão de nós tentarmos fazer a execução do segundo ciclo agora nesse exercício. E por uma questão de gestão, de opção mesmo, da gente tentar traçar minimamente uma possibilidade de gerir melhor os recursos e de conseguir reformular a forma de utilização desse recurso dentro da Secretaria, inclusive a forma de gestão desses editais, das outras questões inerentes à PNAB, a gente optou por esse momento tentar realmente reconduzir, reconstruir,

recalcular a rota, compondo de uma forma não tão adequada como nós queríamos, mas conseguimos reforçar a equipe do SIEC (Sistema de Informações Estratégicas do Estado), que hoje é que está responsável pela questão da execução dos editais.

Então, dentro da dificuldade, a gente tem que buscar soluções. A gente desenhou aqui uma possibilidade de cenário ideal, mas enquanto o cenário ideal, enquanto as melhorias que nós precisamos implementar não chegam, eu vou ter que me virar enquanto gestor com o cenário que eu tenho hoje.

Então, a gente está lançando, lançamos agora três editais com a equipe do SIEC, que está aqui hoje, o Aléssio, a Madma, tinha mais gente da Secretaria aí também; a Cláudia que estava lá em cima; o Marlen está ali conosco. Dona Lilian, estou vendo aqui a senhora, a senhora é da Sejucel, Dona Lilian.

Mas, de uma forma geral, deputada, sabemos dos desafios, sabemos das dificuldades. Estou dois dias dedicados aqui à cultura. Ontem tivemos reunião do Conselho Estadual de Política Cultural. Eu, enquanto Secretário, tenho que me aprofundar nos temas para poder dialogar, debater com os conselheiros, para a gente poder ter um debate qualificado. Mas, enquanto isso, eu tenho o esporte também; eu tenho que cuidar da juventude; eu tenho que cuidar das ações de lazer.

Então, realmente, para esse Secretário que vos fala, o fardo não é fácil. Então, é realmente salutar que criemos uma Secretaria de Cultura, não é? É fundamental. Já levamos esse pleito para o Governador. A equipe econômica do governo já está avaliando essa possibilidade, porque há um

impacto que precisa ser ajustado. A deputada sabe de todo esse procedimento, mas esse pleito já foi feito.

Já expliquei que nós temos uma política perene de disponibilização de recursos do governo federal, e para que a gente possa fazer a melhor gestão desse recurso, a gente precisa ter uma Secretaria específica da Cultura. Do jeito que nós estamos hoje, vai ficar muito complicado para fazer esse gerenciamento, porque temos políticas importantes também desenvolvidas dentro da pasta, como o esporte e a juventude.

Então, peço o apoio do Parlamento também, se esse Projeto de lei chegar aqui. A senhora encabece essa questão, já que está aqui hoje, sabendo de quais são as nossas questões, as nossas dificuldades. E a senhora sempre foi uma parlamentar muito solícita na questão cultural, sempre muito preocupada. Foi uma das primeiras parlamentares que entrou em contato comigo quando assumi a Secretaria, perguntando sobre as questões da cultura, isso eu nunca vou esquecer deputada. Parabéns pelo trabalho porque poucos deputados ligam.

Então, é importante que a gente tenha essa diretriz estabelecida, ter uma representante que realmente olhe pela cultura, que receba os agentes culturais, que dialogue com a Sejucel, e a senhora sempre tratou de forma muito respeitosa, nunca foi com o dedo apontado, nunca foi para apontar problema, mas sempre para se colocar à disposição. Eu acho que é dessa forma que a gente faz uma política séria, que se constrói algo sólido para o cenário cultural do Estado de Rondônia.

E no mais, deputada, a gente tem tentado implementar agora nesse primeiro ciclo da PNAB, os agentes culturais, os que participam do Conselho, principalmente, a gente já

conseguiu compartilhar algumas questões. Mas, nós estamos querendo fazer a aquisição de um *software* para o Estado de Rondônia que vai ser um divisor de águas, o Sisprofice (Sistema de Informação da Cultura).

É um *software* que tem uma interface para o agente cultural e uma interface para a Secretaria. Teremos todos os dados, todas as informações. O Márcio Barroso está lá em cima. Eu vou pedir tua cedência, viu Márcio? Vou ligar para o Sandro e vou pedir tua cedência lá para a Sejucel. Você quer ir? O cara falou de idade, já queria, não é? Então vamos lá. Então vamos, Márcio. Vou pedir, hein? Pode anotar, deputada. Veio para a audiência e ganhou um presente misterioso. Parabéns. Vamos lá, Márcio. Vamos lá. Não me abandona, não.

E esse sistema vai ser muito importante para o desenvolvimento das ações culturais aqui no nosso Estado. Alguns agentes já tiveram a possibilidade de conhecer, acho que a Presidente Val conhece o sistema, o Édier também já teve a possibilidade, inclusive, foram eles que falaram dessa ferramenta importante para, realmente, ter o mínimo possível de organização, no que diz respeito aos editais, de conhecer quem são esses agentes culturais.

Então, nessa página, nesse sistema, o agente cultural já vai saber qual é o edital específico para a área de atuação dele. Ele já vai poder submeter uma proposta específica. Não vai precisar ficar procurando vários editais, não vai precisar ficar filtrando. A gente vai conseguir entender onde essas ações estão sendo realizadas, inclusive, com georreferenciamento, com informações, com indicadores que podem auxiliar na implementação de outras políticas públicas, de ações complementares, as ações que já são previstas pela PNAB, pela Política Nacional Aldir Blanc.

Então, a gente está com muita esperança em relação a esse *software*, para ser um divisor de águas nessa questão dos editais. E a questão da implementação dessas outras políticas que foram colocadas aqui pela Val como indicativos, são fundamentais, são importantíssimas, imprescindíveis. Se a gente quiser discutir a melhoria do cenário cultural, isso tudo passa pela criação desses programas.

E para a criação dos programas a gente precisa de recursos. Essa parte já está se fazendo dentro do Executivo. Conversando com o Governador, conversando com a equipe econômica para que viabilizem essa parte de recursos, porque o viés com o qual eu tenho levado essa discussão tem sido o viés econômico. A economia criativa, a gente está falando de que cultura não é só um elemento de identidade, ela deixa de ser só um elemento de identidade, é um elemento de matriz econômica. A gente está falando de uma engrenagem que gira a economia do Estado. Então, quando se leva sob esse viés a discussão muda.

A gente está falando de implementar, de fazer investimentos que vão trazer retornos financeiros para o Estado. Porque quando se faz a discussão, se eu não tenho esse trunfo, se a gente não leva para esse lado, a cultura vai continuar sendo olhada só como o elemento de identidade que vamos tentar fazer um investimento ali, lá na frente.

Então, a discussão tem sido pautada a partir desse pressuposto de que a cultura é uma matriz de fortalecimento econômico do Estado de Rondônia. Nossa cultura é muito forte e eu fiquei muito feliz hoje aqui, com essa audiência. Geralmente o gestor vem para Audiência Pública e não fica feliz não, mas eu fico. Porque a gente sempre abriu um diálogo muito franco, muito direto com todos os

agentes culturais, com todas as pessoas que atuam no meio cultural.

E a gente viu aqui pessoas que foram importantíssimas e que são importantíssimas na verdade ainda para o cenário cultural do nosso Estado. Pessoas que representam celebrações, festas, tradições aqui do nosso Estado que eu tive a oportunidade de conversar algumas vezes – mas vê-las hoje, todas aqui reunidas, faz ver com que a gente tenha uma responsabilidade muito grande.

Nós temos um caminho muito, muito grande a ser percorrido. Mas, que com esse corpo unido aqui, todo mundo entendendo que não é uma questão de entrar no embate, mas sim de um consenso, de buscar alternativas e caminhos. Eu acho que é dessa forma que vai se fazer com que o cenário cultural do nosso Estado continue se fortalecendo.

Tenho esperança de que nós teremos muitas coisas boas vindas para cultura do nosso Estado de Rondônia. Eu sempre estou à disposição.

Antes de estar aqui na Sejucel, fui Diretor-Geral do Detran. E, até então, eu tinha achado que era o maior desafio profissional da minha vida, até conhecer a Sejucel. Até conhecer a Sejucel. Não é fácil não, gente, falar pra vocês. Acho que vocês já puderam perceber.

Mas, embora tenha sido um desafio profissional muito grande – já é um desafio profissional muito grande –, eu tento me desse desafio como uma possibilidade de realmente superar expectativas, superar os desafios que são apresentados no dia a dia. E não só eu. Mas toda uma equipe que está lá, trabalhando, se dedicando. E a gente precisa realmente, deputada, desse apoio do Parlamento, para ampliar a equipe de trabalho na Sejucel no primeiro momento.

A gente já encaminhou – na verdade, encaminharemos hoje – a proposta de reestruturação da nossa secretaria para a Sepog e para a Casa Civil, com a estrutura mínima digna, que possa possibilitar uma melhor análise dos processos, um melhor desempenho das nossas atividades. E, quando isso chegar aqui no Parlamento, a gente quer contar também com seu o apoio, da Comissão de Cultura, aqui da Assembleia Legislativa.

Temos algumas outras questões que estamos já discutindo ali com o nosso governo, com a equipe econômica. E como eu já disse, ter vocês aqui hoje, ter toda essa possibilidade de diálogo e de conversa, traz para gente esse senso de responsabilidade.

Mas, eu tenho um olhar muito carinhoso pela cultura. Adentrar dentro desse meio me fez rever muitas questões, muitos conceitos que eu tinha. E, hoje, eu consigo dizer que eu sou uma pessoa que tem uma visão diferente em relação a tudo isso. Apesar desse pouco tempo que estamos juntos, convivendo, comungando desse elemento importantíssimo chamado cultura, eu estou muito feliz com esse desafio – embora seja realmente delicado, difícil, cansativo, penoso.

E não é penoso só para o agente cultural – é também para o agente público, que está desse lado. Quando alguma coisa não dá certo, também é frustrante. Vem a cobrança. Há uma cobrança interna do gestor, da equipe. Há uma cobrança do governo, há uma cobrança da sociedade, dos agentes culturais que, de repente, não acessam o recurso.

Então, todos nós estamos de uma certa forma no mesmo patamar. Em que sentido? A cobrança é muito forte. A cobrança vem. Eu entendo quando os agentes culturais fazem as suas reclamações, trazem os seus desabafos, trazem os

seus anseios, porque a gente sabe que isso aqui é a vida de vocês.

A gente está falando de vidas, de investimentos, de sonhos, de identidade. Então, quando tudo isso move muita coisa, tudo isso mexe muita coisa dentro de vocês. Estamos aqui, para realmente, trabalhar pelo fortalecimento do nosso Estado, da cultura de uma forma geral.

Eu queria trazer esse aspecto: a gente já vem discutindo essas questões dentro do Conselho, já vem tentando buscar essas soluções.

E é importante que a gente saia daqui hoje com essa propositura, deputada. Inclusive, eu acho que eu também posso fazer uma propositura, já que está todo mundo propondo. Todo mundo quer propor para Sejucel. Eu vou fazer uma propositura para o Parlamento. Vamos colocar 15% das emendas parlamentares para o investimento na cultura? Está todo mundo pedindo. Eu também vou pedir. Por que não?

Então, deputada, é importante a gente falar, porque democratizar o acesso à cultura, a gente também tem que falar sobre os recursos das emendas parlamentares. Fazer com que esse recurso seja pulverizado, que ele não fique concentrado em algumas ações específicas. Que a gente consiga realmente pulverizar, fazer com que ele chegue, com que esse acesso seja mais facilitado.

E a gente vai lá, está trabalhando dentro da Secretaria para fazer com que as coisas aconteçam e que a gente fortaleça a cultura do nosso Estado.

Está bom, pessoal? Um abraço a todos. Fiquem com Deus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Secretário.

Então, essa questão das emendas, acho que tem que ser feito um diálogo. Eu não posso falar pelos demais, mas eu acho que é muito importante que vocês estejam presentes aqui.

Não tem como resolver nenhum problema, pois na nossa vida, tudo perpassa pela política. Tudo. Então, é muito importante que, neste momento, a gente entenda que nunca nós temos que ficar distante, nunca. Nessa relação, acho que mediante tudo que aconteceu, esse distanciamento é muito ruim.

E aqui eu falo um pouco por mim: eu não tenho tempo de inventar nenhuma situação. A gente recebe muita demanda, e quando chegou a demanda aqui pra mim, a gente tem corrido atrás. A gente tenta acudir todo mundo. Então, é óbvio que aquele que é mais cobrado, vai ter um atendimento. Porque é assim, é muito corrida, é muita coisa, ainda mais quando você se dispõe a se comprometer.

Mas, estou à disposição para ajudar nessa questão, no que eu puder. O orçamento acaba sendo pouco para tanta demanda, mas é possível, sim, que a gente possa ajudar. E aconselho vocês procurarem os demais deputados. Eu estou aqui hoje fazendo a minha parte, contribuindo, mas acho muito justo que a gente envolva todos nesse processo. Tire uma comissão, passe em todos os gabinetes, leve essa proposta: "Olha, a gente tem tantos tipos de eventos aqui, é possível que se destine emendas para isso, para aquilo?" E dialogar, não é?

E a gente também pode aqui ajudar além disso. Acho que o mandato é uma ferramenta de luta que deve ser usado para revisar leis que estão aí, que a gente possa ajudar nisso

daí, para apresentar proposições de Projetos de lei. O mandato está aberto. Eu já demonstrei aqui para vocês o quanto a gente tem compromisso e responsabilidade.

Estou à disposição, de verdade mesmo. A gente sabe que sozinha a gente não faz nada, mas eu também agradeço, porque aqui na Casa, por mais que hoje eu estou só aqui, mas a maioria dos deputados são muito tranquilos, são solidários a nos ajudar nas pautas. Então, acredito que a gente levando esse pleito é possível que os demais se sensibilizem e possam ajudar. Mas, é muito bom que vocês também passem em cada gabinete fazendo esse diálogo. E a gente se compromete em passar o que aconteceu aqui. Eu vou compartilhar depois com vocês essa Ata desta Audiência, tudo isso daqui vai ser compartilhado com vocês.

E, Secretário, acho que mediante tudo que foi falado aqui, é importante que juntos, o senhor e o Luiz, que possa se estabelecer esse diálogo com o governo, principalmente a Casa Civil, para que a gente possa levar, junto com vocês, tudo o que foi discutido aqui.

A gente sabe que o senhor sozinho não tem força para fazer com que tudo isso aconteça, para que se aumente o percentual. Não tem como se não houver esse diálogo, contratação, criação de uma secretaria e tantas outras coisas que foram faladas aqui, se não houver uma força tarefa em conjunto para a gente levar isso junto à Casa Civil. E a Casa Civil ter esse compromisso também de conversar com o Governo do Estado.

Então, a gente fica por aqui, agradecendo a participação de todos vocês. E como que a gente poderia compartilhar essa informação sobre essa agenda para apresentar esse pleito todo aqui que foi proposto ao Governo do Estado, à Casa Civil? É possível que vocês façam

esse compromisso, nos passem uma data? Ou a gente também articula junto isso?

O SR. PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA - Acredito que para fins de encaminhamento, fica mais prático a gente pegar todo o compilado aqui de informações, de pleitos e pedidos. E eu não sei se a senhora pretende protocolar isso junto ao Governador ou à Casa Civil diretamente, mas no dia que a senhora falar: "Estou aqui para protocolar", a gente vai estar lá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tá. Então como encaminhamento, esse material não fica pronto rápido. Não sei se no decorrer da semana é possível. Meninas, é possível? Na outra? Sem ser essa, na outra?

Então, mediante isso, ficando pronto, a gente já compartilha, a gente já avisa para marcar. E nós temos que levar ao governo porque todos os pleitos aqui dependem do Governo do Estado. Então, fica como encaminhamento.

E quero pedir à Valdete que faça uma comissão. Não sei o que vocês acham viável de pessoas, vocês definam o quantitativo de pessoas e quando tiver com todo esse material pronto, a gente marca essa reunião para já apresentar o que foi discutido aqui.

E também, aqui no Parlamento, nós já vamos fazer Requerimentos no decorrer dessa semana, nossa equipe jurídica está participando aqui, já estão anotando, que toda hora eu olho para eles e pergunto: "vocês estão anotando?" Eles já estão anotando. Então, essa semana que vem a gente já vai apresentar alguns Requerimentos para tramitar.

E, pessoal, o Gadelha está aqui, esse é meu chefe de gabinete que está aqui atrás. A gente está à disposição. A Valdete tem o contato com o Gadelha. O Gadelha vai passar também o nosso contato para a gente manter essa relação de diálogo que é necessário. Tudo que aconteceu aqui hoje a gente precisa continuar dando os desdobramentos.

A missão é bem grande, não é fácil, mas a gente está aqui para ajudar. A porta do Parlamento, através do nosso mandato, está aberta e escancarada. Tenho o compromisso de tramitar aqui com vocês e nós vamos compartilhar tudo o que aconteceu aqui também com os demais deputados. Quem quiser acompanhar a próxima Sessão da semana que vem, a gente vai usar a tribuna para falar sobre esse acontecido de hoje.

E é isso. Eu quero encerrar aqui. A Marfiza tinha pedido. Olha, eu sei que está todo mundo muito cansado, mas ela pediu dois minutinhos.

A SRA. MARFIZA CALIXTO FRANÇA - Gente, eu prometo ser muito, muito breve.

No final do dia, quando a gente falou de todas as produções culturais do nosso Estado, eu quero lembrar que, como uma pessoa que trabalha há 22 anos com direitos autorais, que a nossa lei, a Lei nº 9.610/98, que é a lei dos direitos autorais, ela diz no artigo 7º o seguinte: "São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como (...)" Ela lista todas as nossas criações de textos, audiovisual, música e tal.

E nós temos uma situação que o artista produz, a gente corre atrás, faz isso acontecer e ele fica refém no final

do dia. Ele fica refém do mercado que é bastante leonino. E gente eu trabalho, eu vou citar isso só para que vocês tenham um parâmetro, eu trabalho com os meus colegas que estão começando. Hoje mesmo atendi um colega de Porto Velho que assinou um contrato totalmente equivocado hoje, e trabalho com Thalles Roberto e atendo três editoras e internacionais.

Então, para dizer que, para balizar, é que hoje uma obra criada aqui em Rondônia não é conhecida do grande público, ela de repente não está pensando nesse valor monetário que pode gerar. Mas, a gente tem que se lembrar que todas as criações do espírito são também criações que vão gerar esses produtos, que a gente está falando de economia criativa, como o Paulo Higo bem citou. E lá na frente, essa proteção precisa começar antes, porque depois correr atrás do leite derramado é sempre muito difícil, muito caro. O jurídico está aqui para dizer que não estou falando sozinha.

E a gente teve situações muito graves recentes com a perda da propriedade intelectual das marcas do boi, do Duelo na Fronteira e das Comunidades Malhadinho e Flor do Campo, que foram usurpadas. E eu trabalhei com eles nesse processo.

Então, o que eu quero dizer é, dentro de todas essas perspectivas de proteção e de criação e de fomento, colocar a proteção. E assim como dentro a gente coloca "precisamos de um contador para ajudar aqui, para não ter problema na prestação de contas", precisamos de um especialista em direitos autorais aqui para ajudar a proteger. Precisamos de formação. Eu tento fazer isso meio que só, solitariamente, mas sou uma pessoa só.

Então, peço ajuda nesse sentido, no sentido de salvaguardar a obra que é produzida aqui, porque ela não é somente uma obra de direito de autor. Nossa lei é direitos autorais, direito de autor, direito patrimonial, direito moral. Esses são sempre usurpados. Se vocês lerem o último termo do Spotify, vocês vão entender o que eu estou falando.

E quem produz a arte está construindo a identidade do território. Se a gente está falando em vender a nossa identidade, de mostrar para o mundo a nossa identidade, trazer o turismo para ver a nossa cultura, então nós estamos falando também que temos que, como Estado, proteger essas criações, esses criadores. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Marfiza. Quero agradecer aqui também a presença da Mara Valverde, que acompanhou a gente aqui o tempo todo. E pessoal, eu queria fazer um convite especial. Está acontecendo a Marcha das Mulheres Negras, a nível de Brasil, aqui em Rondônia. E amanhã nós vamos ter, a partir das 14 horas, aqui na Assembleia, também uma audiência pública com as mulheres negras e as demais mulheres todas que queiram participar, porque as nossas pautas são as mesmas.

Claro que, infelizmente, hoje, as mulheres negras, além de todas as violências que todas nós sofremos, elas ainda sofrem violência e são desrespeitadas pelo fato também de serem negras e, enfim, muitas outras coisas que a gente precisa discutir. Amanhã a gente vai ter esse momento também, a partir das 14 horas. E na sexta-feira vai ter uma marcha saindo ali do CPA até a Praça das Três Caixas

d'Água, a partir das 7 horas da manhã. Então, vocês estão todos convidados para participar com a gente.

no mais, agradecer a todos pela participação, foi uma honra muito grande poder ouvir vocês, poder fazer esse compromisso para ajudar vocês nessa caminhada. Contem com a gente, vamos estar bem sintonizados, não se afastem do Parlamento e incomodem, no bom sentido. O papel de todo cidadão responsável é estar próximo de um Parlamento, próximo do governo, cobrar a gente, cobrar o direito nosso, que está na Constituição do Estado, na Constituição Federal. Então, vamos estar sempre bem juntinhos aqui.

Acho que esse primeiro contato foi muito importante para que a gente possa estar junto, está certo? Então, gratidão por tudo. Agradecer mais uma vez o Luiz Cavalcante, a nossa Presidente aqui, a Valdete, o Secretário Paulo Higo. Obrigada por ter vindo aqui, porque não adiantaria a gente vir aqui falar para nós mesmos.

O governo precisava de ouvir todo esse lamento, toda essa problemática que vocês têm. Então, Secretário, obrigado por ter vindo aqui, ouvir nosso pessoal. Obrigado, Silvia, parabéns pelo trabalho, também, importante que você tem feito através desses recursos do governo federal. Ferreirinha, obrigado por estar aqui com a gente. A gente compartilha todas essas responsabilidades também contigo, essas possibilidades, para que juntos, Prefeitura de Porto Velho, aqui o Governo do Estado, a gente possa ajudar os nossos artistas do Estado de Rondônia. Um fraterno abraço, que Deus abençoe a todos.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

E desejo uma excelente noite a todos vocês. Agradeço também a toda a minha equipe do gabinete, a toda a equipe aqui da Assembleia Legislativa por todo o apoio, por todo o suporte, a equipe da Taquigrafia, do som, os intérpretes, enfim, todos que contribuíram para que essa audiência pudesse ser um sucesso. E sobretudo a todos vocês que vieram. Um bom retorno e que Deus abençoe a todos. Obrigada.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 25 minutos)

(Sem revisão dos oradores)